



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Estar Sem-Abrigo, Capital Social e Exclusão
Um estudo etnográfico na cidade de Lisboa

Ana Sofia Teixeira Gomes

Mestrado em Sociologia,

Orientador(a):
Doutora Patrícia Ávila, Professora Associada,
ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Estar Sem-Abrigo, Capital Social e Exclusão
Um estudo etnográfico na cidade de Lisboa

Ana Sofia Teixeira Gomes

Mestrado em Sociologia,

Orientador(a):
Doutora Patrícia Ávila, Professora Associada,
ISCTE-IUL Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020

Dedico esta dissertação àqueles que são parte de mim, que me constituem e me permitem ser quem sou.

Agradecimentos

À minha família, por todos os exemplos de vida transmitidos e por todo o apoio nesta etapa académica.

Aos professores do ISCTE, que tão bem conseguem acolher os seus alunos mostrando-lhes um novo mundo. Em especial à professora Patrícia Avila que, já sendo uma referência, me soube motivar, acompanhar e respeitar os meus tempos. A sua sabedoria, confiança e exigência foram essenciais para o meu percurso.

Ao António, à Filipa e à Ilundi pela amizade e pelo entusiasmo partilhado em torno da Sociologia.

A todas as pessoas em situação de sem-abrigo com quem me cruzei, com quem conversei e que conheci. Com elas foi possível aprender relativamente a uma realidade que se tornou entusiasmante, que me impulsionou para produzir conhecimento, permitindo o desenvolvimento desta dissertação. Com elas foi possível fazer Sociologia e, essencialmente, crescer como pessoa.

A todos aqueles que me questionaram e me colocaram em causa.

Resumo

Partiu-se para esta dissertação com o objetivo de analisar o capital social das pessoas em situação de sem-abrigo por forma a perceber de que modo a sua reconstrução e mobilização interfere na exclusão social das mesmas.

Os resultados do trabalho etnográfico, efetuado na cidade de Lisboa, revelaram que as relações de sociabilidade, são essencialmente estabelecidas na rua, marcadas por uma fraca vinculação e por escolhas derivadas essencialmente de circunstâncias momentâneas. Permitiram ainda compreender que o capital social destes agentes, enquanto recurso agenciável, se destina sobretudo à sobrevivência da vida na rua e deriva desta. Assim sendo, foi importante relacionar o nível de engajamento com a situação de sem-abrigo e o capital social dos agentes que se encontram nesta situação, como forma de entender a exclusão de que são alvo. Viver na rua é estruturar progressivamente um novo estilo de vida, que tem como referência o espaço público.

A rua é alvo de apropriação, transformação e personalização, torna-se espaço da vida quotidiana, torna-se local de habitação e trabalho, sendo que os sujeitos que se encontram em situação de sem-abrigo se vão desvinculando, gradualmente, das suas redes de suporte existentes antes dessa situação de vida e aderem, progressivamente, aos códigos que imperam na rua. A sua identidade permite-lhes ocupar um lugar simbólico na urbe, revelador de indivíduos que se alheiam e desvinculam da sociedade, do sistema capitalista e consumista, materializado num grau de pobreza e exclusão extrema.

Palavras-chave: Rua, Sem-abrigo, Capital Social, Exclusão, Etnografia

Abstract

This dissertation was launched with the aim of analysing the social capital of homeless people in order to understand how its reconstruction and mobilization interfere with their social exclusion.

The results of the ethnographic work, carried out in the city of Lisbon, revealed that social relations are essentially established on the street, they're marked by a weak connection and by choices derived essentially from momentary circumstances. They also made it possible to understand that the social capital of these agents, seen as a mobilizable resource, is mainly intended for the survival of life on the street(s) and derives from it. Therefore, it was important to relate the level of engagement with the situation of homelessness and the social capital of the agents who are in this situation, as a way of understanding their exclusion.

Living on the street(s) is to progressively structure a new lifestyle, which has the public space as reference. The street is appropriated, transformed and personalized, it becomes a space of daily life, it becomes a place of habitation and work, and the subjects who are in a situation of homelessness gradually disconnect from their preexisting support networks and progressively adhere to the codes that prevail on the street. Their identity allows them to occupy a symbolic place in the city, revealing individuals who are alienated and detached from society, the capitalist and consumerist system, materialized in a degree of poverty and extreme exclusion.

Keywords: Street(s), Homelessness, Social Capital, Exclusion, Ethnography

Índice

Agradecimentos	I
Resumo	III
Abstract	V
Introdução	1
1 Sem-abrigo. Perspetivas de análise e enquadramento teórico	3
1.1 A investigação sobre os sem-abrigo	3
1.2 Sem-abrigo: delimitação do objeto e perspetivas de análise	3
1.3 Conceitos mobilizados na análise da condição de estar sem-abrigo	7
1.3.1 Espaço social, campo e capital	8
1.3.2 O capital social	9
2 Metodologia	15
3 Resultados	19
3.1 A ocupação privada do espaço público. Corpo, espaço e identidade	19
3.2 A rua como experiência de vida	23
3.3 Laços e relações com o “exterior”. Família, ruturas e continuidades intermitentes	25
3.4 Redes sociais e fontes de capital social construídas na rua	30
4 Reflexões finais	33
4.1 Observar a vida na rua. Potencialidades e desafios da observação participante	33
4.2 Estar sem-abrigo, capital social e exclusão	34
5 Referências bibliográficas	37
6 Anexos	41
6.1 Anexo A: ETHOS - Tipologia Europeia Sobre Sem-Abrigo E Exclusão Habitacional	41
6.2 Anexo B: Guião de entrevista	42

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Caracterização dos entrevistados

16

Introdução

Estudar o fenómeno sem-abrigo é entender que o mesmo ocorre por via de ruturas várias que se tornam a causa e a consequência da situação. Pese embora a condição de sem-abrigo se construa em oposição à posição socialmente dominante dos domiciliados, a privação habitacional não é o único atributo deste fenómeno. O mesmo deve ser analisado e interpretado através de uma visão mais vasta e multidimensional, já que é revelador de situações de exclusão (intrínsecas e extrínsecas a quem se encontra nesta condição de vida) patentes em processos de rutura e marginalização e espelhadas em situações de isolamento e transformação identitárias.

Sociologicamente o tema ganha relevância pois é revelador da estruturação de um novo estilo de vida, que tem como referência o espaço público e dá a conhecer o expoente máximo da pobreza e da desvinculação para com a sociedade contemporânea.

Atendendo à heterogeneidade do fenómeno, é propósito desta investigação apreender de que forma o capital social, enquanto recurso agenciável e revelador de diferenciação social, impacta a vida das pessoas em situação de sem-abrigo. O objetivo desta pesquisa passa, então, por analisar a capacidade de construção de capital social e identificar as suas principais fontes, compreendendo de que forma é que o mesmo é reconstruído pelo objeto de estudo.

Neste sentido, tornou-se relevante que a investigação fosse conduzida com base numa metodologia qualitativa, tendo sido adotada a pesquisa de terreno, fundamentada na observação participante e em entrevistas semiestruturadas. De facto, esta metodologia permitiu uma maior proximidade com objeto, possibilitando entender e relacionar a construção de capital social com a construção identitária e o grau de engajamento com a situação de rua.

Com o desenrolar da investigação foi possível obter informações relativamente à rede de suporte social do objeto de estudo, compreender a importância da família na atual situação de vida e o papel do apoio social de quem com ele partilha o dia-a-dia.

As reflexões da investigação alargaram-se, ainda, aos questionamentos e ambiguidades provenientes da forte marcação territorial da vida de rua: a invisibilidade (materializada na exclusão) versus a visibilidade (da apropriação privada do espaço público) e a liberdade (ausência de regras) versus a opressão (proveniente do estigma e do espaço social ocupado pelos agentes).

1 Sem-abrigo. Perspetivas de análise e enquadramento teórico

1.1 A investigação sobre os sem-abrigo

Desde finais do século XX que o mundo tem assistido ao crescimento de um fenómeno característico da urbe, os sem-abrigo. Trata-se de uma realidade transnacional, essencialmente presente nas cidades e reveladora do modo de vida de um grupo de sujeitos que habitam as ruas e os espaços públicos urbanos.

Este modo de vida tem conduzido a inúmeros questionamentos e tem sido problematizado por diversas áreas do saber, tendo ganho especial relevância na área da psiquiatria e psicologia. Neste âmbito e a nível nacional, importa destacar as contribuições de António Bento e de Elias Barreto (2002) relativamente à estrutura psicológica da pessoa em condição de sem-abrigo e à abordagem e tratamento daquilo a que apelidaram a “doença dos laços”.

Nas ciências sociais este fenómeno tem sido essencialmente analisado na vertente das políticas sociais, sendo a maioria dos estudos realizados no campo do serviço social.

Ao nível sociológico foram efetuadas algumas abordagens de entre as quais interessa realçar a de José Machado Pais (2006), que foca a questão das pessoas em situação de sem-abrigo no aspeto da produção de solidão em relação com determinados modos e experiências de vida. Relevante é, também, o estudo comparativo efetuado por Filipa Lourenço de Menezes (2012) respeitante às medidas de controlo e de reinserção social disponíveis em Lisboa, Paris e Londres sob o ponto de vista da atuação institucional e na vertente da avaliação, que os indivíduos apoiados, fazem sobre essas medidas na sua trajetória de vida. É ainda indispensável salientar o contributo de João Aldeia (2011; 2016) relativamente à problematização do enfraquecimento dos laços sociais como causa da desfiliação, desqualificação e do quase nulo exercício de cidadania destes sujeitos. João Aldeia tem abordado questões epistemológicas sobre o fenómeno e questionado a forma como o mesmo é percecionado socialmente.

Complementarmente às abordagens anteriores e tendo como base questionamentos referentes às situações de elevada desigualdade e de exclusão social que este grupo manifesta, é propósito desta investigação analisar o capital social destes agentes e perceber de que forma a sua construção e mobilização interfere na exclusão social dos mesmos.

1.2 Sem-abrigo: delimitação do objeto e perspetivas de análise

A natureza complexa, heterogénea e multidimensional das situações e dos processos que conduzem à existência e manutenção de pessoas em situação de sem-abrigo constitui o ponto de partida para a investigação deste fenómeno e conduz a questionamentos acerca da perpetuação da exclusão social.

Atendendo à heterogeneidade do fenómeno e, no sentido de encontrar uma definição consensual para os diversos estados membros da União Europeia, a Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com Sem-Abrigo (FEANTSA), no início de 2005, desenvolveu e apresentou uma Tipologia Europeia para os sem-abrigo e exclusão habitacional, designada European Typology on Homelessness and Housing Exclusion (ETHOS), com base em quatro categorias operacionais, frequentemente utilizadas nos diversos países europeus, cabendo a cada país adotar o conceito que melhor se ajuste à sua realidade: sem-abrigo, sem alojamento, habitação precária e habitação inadequada¹.

Em 2009, sob a alçada do Instituto de Segurança Social (ISS), e consequentemente do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSS), foi criada a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSA 2009-2015) que, por forma a melhor compreender e atuar junto deste fenómeno, o definiu da seguinte forma:

“Considera-se pessoa Sem-Abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:

- sem teto: vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário.
- sem casa: encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.” (MTSS, 2009: 8)

Esta definição parece estreitar este fenómeno a uma privação habitacional, considerando que a habitação é um pilar essencial na estratégia nacional para a integração das pessoas nesta condição de vida.

Não obstante a este facto, percebe-se que a nível sociológico, o fenómeno toma dimensões mais vastas podendo também ser analisado sob o prisma da exclusão social. Segundo Menezes (2012), “Embora ambas as perspetivas sejam interdependentes, levam a estabelecer linhas de intervenção prioritárias diferenciadas, ou seja, o eixo de atuação primordial ou é a habitação ou, em alternativa, o apoio social.” (Menezes, 2012: 7-8)

Considerando que o intuito desta investigação se prende com analisar e refletir sobre o impacto do capital social na condição de estar sem-abrigo, entende-se que este fenómeno deve ser encarado não só como decorrente de uma privação habitacional, mas também e, interligada com esta carência, como sendo um fenómeno de privação de recursos económicos, de higiene e saúde, de educação, de recursos básicos de vida, de privacidade, intimidade e de relações sociais, excluindo estas pessoas de

¹ Cada uma destas categorias contempla situações específicas que podem ser observadas no Anexo A.

uma cidadania plena. Trata-se de um fenómeno com repercussões sociais e económicas, pelo que nesta investigação foi analisado sob uma perspetiva transitória e reversível e não como condição permanente.

Segundo Paugan (2000), há, nesta população, uma rutura acentuada com os laços sociais, espelhados num corte com os laços de filiação, de participação orgânica e de cidadania.

Neste sentido, o fenómeno é percecionado como uma “fase extrema do processo de marginalização de ruturas do indivíduo com a sociedade” (Costa in Arruda, et al., 2014), uma rutura a nível social, económico, institucional, territorial e simbólico, patente numa perda de identidade social e de sentimento de pertença à sociedade, espelhado em situações de isolamento decorrentes de transformações identitárias e de personalidade. Segundo Pais (2006), verifica-se que, “quando o outro está fisicamente próximo, mas socialmente distante (...) o conceito de solidão (...) expressa uma quebra de laços sociais que afetam o sentido da vida. Este depende do significado que as pessoas têm umas das outras.” (Pais, 2006: 19)

Esta linha de raciocínio entronca com a teoria de Goffman (1988), que defende que os indivíduos socialmente estigmatizados usam os seus “símbolos de estigma” na interação com outros atores sociais (Goffman, 1988: 59). Ou seja, são indivíduos que têm geralmente consciência do seu estatuto estigmatizado e aprendem a geri-lo, a manobrá-lo e a fazer uso dele na interação com outros sujeitos.

É deveras pertinente entender a própria identidade do grupo, para compreender que interações se estabelecem dentro e fora dele e de que forma essas interseções impactam a alteração da situação de vida desta população.

Estamos perante um grupo que se alicerça em oposição à posição dominante da sociedade, aqueles que vivem numa casa, os domiciliados, representativa da estabilidade e da socialização entre os seus membros, que consideram desviantes os agentes caracterizados como sem-abrigo². A sociedade domiciliada é ainda reveladora da modelação e comprometimento com as regras, normas e valores culturais.

A vida de rua, é reveladora de uma apropriação privada do espaço público por parte dos agentes que nela vivem e permite constatar no mesmo espaço público, não só uma interação entre os indivíduos que se encontram em situação de sem-abrigo³, como também uma convivência entre agentes sem-abrigo e agentes domiciliados, possibilitando um maior nível de identificação e de consciência nos agentes em situação de sem-abrigo do estigma de que são alvo.

² Segundo Foucault (1977) o desvio é analisado essencialmente através da interação entre desviante e aqueles que o definem como tal.

³ Como referido por Aldeia (2014), é na rua que estes indivíduos podem estabelecer relações de partilha, sensações de maior segurança física, mas sobretudo emocional e simbólica. Há laços que se desenvolvem, há apoio, há reciprocidade sem cálculo instrumental (Aldeia, 2014).

Deste modo e, apelando à normalização de Foucault (1977), percebe-se que existe na posição de sem-abrigo uma permanente tensão entre como os agentes se tornaram sem-abrigo e o esforço em fazerem parte de uma sociedade domiciliada (tensão entre o papel que têm e o papel esperado). Mas importa atender a que as pessoas nesta condição de vida podem ser consideradas em normalização quando adotam as normas da cultura de rua, aprendem as regras de vida na rua, a forma como se devem comportar para sobreviver a esta situação (Ravenhill, 2016).⁴ Tendo este ponto de análise e, como Ravenhill referiu poder-se-á falar no fenómeno de sem-abrigo, como uma contracultura de indivíduos que estão a ser excluídos da sociedade.

Como afirmado por Castel (2000), “os excluídos são pessoas que parecem estar a mais na estrutura social, não podendo ocupar um lugar estável na sociedade, são supranuméricos, não tem utilidade social. (...) A sociedade continua a ter um centro e é a partir desse centro que se produz a exclusão” (Castel, in Soulet, 2000: 33). O número de excluídos é residual face ao centro da sociedade (a que correspondem os bem-sucedidos, eficazes e integrados).

A exclusão, é essencialmente, perspetivada entre a posição de *insider* e *outsider*. Percebe-se, assim, que a exclusão não pode ser abordada fora do contexto social e da transformação da sociedade no seu conjunto, já que ocorre a níveis macro, meso e micro (Soulet, 2000), a mesma acontece no presente como herança do passado, apelando a uma análise baseada no conceito de *habitus*⁵ de Bourdieu.

A mesma acarreta uma definição negativa daqueles que são privados de algo, é revelada por discriminações externas relativamente a uma realidade visível na urbe e na imagem transmitida pelos indivíduos que a vivem. De notar que aliado ao estigma de sem-abrigo, estes agentes são descritos e caracterizados com base noutros estigmas ligados à pobreza, à raça, à etnia, à doença mental, à criminalidade, a situações anteriores de presídio, à toxicodependência, ao alcoolismo e a orientações sexuais e identificações de género. Os seus atributos encontram-se associados a comportamentos

⁴ Importa apenas fazer um parêntesis para referir que o foco da análise está a ser a capacidade de agência do indivíduo. Não se pretende de todo separar a estrutura da agência, já que nem as estruturas sociais, nem os agentes podem operar sem a existência um do outro (Giddens, 1984). A análise do fenómeno sem-abrigo não pode ser vista apenas como uma questão de agência ou de estrutura, já que é a interação entre ambas que produz esta situação.

⁵ *Habitus* enquanto "um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de perceções, de apreciações e de ações (...)" (Bourdieu, 2001: 65). O *habitus* capta o modo como a sociedade se reflete nos indivíduos designando modos de pensamento e de ação que fazem vigorar no presente experiências passadas e acumuladas e que são mobilizadas no âmbito social. É a partir do processo de socialização que o *habitus* acontece e é por meio dele que ocorre no agente uma incorporação social. O conceito acarreta uma noção de trajetória e de posicionamento relacional do agente na estrutura, permitindo-o agir em cada situação e reajustar-se, na sua trajetória pessoal perante as mudanças de ordem social.

disruptivos, sendo altamente estigmatizantes. Estes estigmas crescem à desqualificação⁶ de quem vive na rua, reforçando a sua categorização de sem-abrigo e enfatizando o estatuto normativo dos domiciliados.

Constata-se que é um grupo invisível por fazer parte de um mundo oculto e incompreensível, que é alvo de indiferença ou mesmo de hostilidade e exclusão por parte de quem lhe é externo, atitudes que poderão ser justificadas por uma realidade considerada problemática e desviante, a qual se pretende ver escondida e essencialmente por “não cumprirem qualquer função percebida como positiva pela sociedade em que vivem” (Aldeia, 2014: 176). Também os centros de acolhimento são reveladores da exclusão referida, não só por demonstrarem ser espaços criados para ocultar o fenómeno, como também por levantarem questões relacionadas com a negação ao direito ao espaço público àqueles que são considerados desviantes da norma (Aldeia, 2013: 61-72).

Todavia, este grupo detém visibilidade territorial no espaço urbano, pela posição que ocupa no mesmo, pela apropriação privada do espaço público, onde dorme, come, realiza a sua higiene pessoal, onde procura uma fonte de rendimento, onde socializa e interage com os indivíduos domiciliados e no qual os seus membros se podem observar mutuamente possibilitando um maior controlo entre pares e dentro do grupo.

1.3 Conceitos mobilizados na análise da condição de estar sem-abrigo

Para esta investigação tornou-se útil convocar alguns conceitos que permitam compreender a posição social destes agentes (estigmatizados e excluídos), e de que forma estes mobilizam os recursos que têm em seu poder ou aos quais conseguem aceder no seu dia a dia como condição necessária à vida de rua.

Alicerçada na perspetiva da exclusão de que são alvo, a abordagem empírica está assente em conceitos que permitem caracterizar o objeto de estudo e analisar a sua capacidade para construir estratégias de reinserção e integração: capital social, construção identitária, grupo de pertença e posição social do agente.

⁶ Desqualificação social enquanto “produto de uma construção social”, onde o “mau nome” da comunidade “repousa, pelo menos em parte, nas representações coletivas que se formaram no exterior” e que “corresponde a uma forma de conhecimento social espontânea, generalista e muitas vezes superficial da realidade”. Esta imagem, em regra, mergulha “na consciência social dos habitantes, os quais têm tendência para, daqui por diante, se conformarem com ela” (Paugan, 2003:141).

1.3.1 Espaço social, campo e capital

Dependendo do campo, o capital pode apresentar-se em três formas fundamentais: “(como) capital económico, que é imediata e diretamente convertível em dinheiro e pode ser institucionalizado sobre a forma de direitos de propriedade; como capital cultural, que é convertível em certas condições em capital económico e pode ser institucionalizado sob a forma de títulos de formação; e como capital social, constituído por obrigações sociais (“conexões”), que é convertível, em certas condições em capital económico e pode ser institucionalizado sob a forma de título de nobreza” (Bourdieu, 1986: 242).

Segundo Bourdieu, a lógica de funcionamento do capital, não pode ser entendida nem através de uma visão centrada na redutibilidade do capital ao capital económico, nem de uma visão que ignora o critério economicista das trocas sociais. Todas as formas do conceito devem ser abrangidas de modo a darem a conhecer a estrutura e o funcionamento do mundo social.

Conceptualizar capital deve assumir a apropriação do lucro, ou dos benefícios, em todas as suas formas e concomitantemente deve estabelecer ligações em como os diferentes tipos de capital se transformam e são convertíveis uns nos outros (Bourdieu, 1986). A posse e o acesso a diferentes tipos de capital revela-se, assim, um forte sinónimo de poder, já que define a agregação efetiva e potencial de benefícios materiais e imateriais, denotando a existência de uma capacidade que permite produzir, reproduzir, promover e expandir esses mesmos benefícios.

Entende-se que a conceptualização de capital possibilita a representação da estrutura do mundo social, pois admite os efeitos estruturais do campo, dos espaços sociais, das posições estruturais desiguais dos agentes, espelhando a influência do *habitus*. O *habitus* revela as disposições incorporadas do mundo pré existente ao indivíduo e sobre as quais o mesmo orienta a sua ação pelo que é, simultaneamente, estruturador e estruturante da ação dos agentes e da construção do *self*⁹. Admite-se, desta forma, que os indivíduos se constituem enquanto tais, em contextos sociais diferenciados de socialização, de incorporação e de construção identitária; sendo estes contextos diferentes tanto a nível material como simbólico. O *habitus* pressupõe a existência daquilo a que Bourdieu chamou de espaço social relacional no qual se inserem subespaços relacionais, que sendo autónomos entre si, se intersejam e têm regras e recursos próprios, os chamados campos.

Na sua análise sobre o espaço social, onde se reproduzem as trocas sociais e se inscreve a ação, Bourdieu expõe o carácter estrutural das posições sociais. “Os agentes sociais que são constituídos como tais em e pela relação com um espaço social (ou melhor, com campos) e também as coisas na

⁹ Na sua obra *Mind, Self and Society* (1934) Mead define o “self” como uma característica do ser humano que espelha a capacidade de se ver a si próprio como um objeto. Ou seja, o indivíduo tem a capacidade de ler gestos simbólicos, sinais culturais, que o ligam a outros “selves” (perspetiva externa), podendo depois assumir um objeto/papel para si próprio e assim relacionar-se com os outros indivíduos.

medida em que elas são apropriadas pelos agentes, portanto constituídas como propriedades, estão situadas num lugar do espaço social que se pode caracterizar por sua posição relativa pela relação com os outros lugares (acima, abaixo, entre, etc.) e pela distância que o separa deles” (Bourdieu, 2001: 160). Bourdieu refere que o poder que o agente detém no espaço social advém da posse de capital e manifesta-se na relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a distribuição dos bens ou dos serviços.

O espaço social, admitindo a existência de vários campos, é multidimensional e apresenta as posições sociais dos vários agentes que, por sua vez, pressupõem determinado tipo de relações e a que correspondem diferentes tipos de capital: económico, cultural, social e simbólico¹¹.

Importa, então, salientar que a posição de um agente num campo depende parcialmente do volume de capital que aporta, da sua posição no espaço social, o que significa que o valor simbólico dos diferentes capitais distingue o indivíduo perante os demais do seu campo. Para o autor, a possibilidade do domínio do espaço social, de apropriação (material ou simbolicamente) de bens raros, depende do capital que se possui. “(...) os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros” (Bourdieu, 2001: 164).

Ora, se a estruturação do *self* está dependente das relações e interações estabelecidas nos diversos campos onde os indivíduos se relacionam e, atendendo a que a sua posição no campo é determinada pelo aporte de capital dos mesmos, percebe-se que o capital permite distinguir os agentes dentro de determinado campo e que o mesmo também impacta a estruturação do *habitus* e do próprio *self*. O que revela que os indivíduos agem a partir da acumulação de capitais, construindo estratégias a partir de dimensões que estão materializadas neles próprios, mas sobre as quais não têm racionalidade instrumental.

Compreender um determinado campo é compreender a maneira como os capitais estão distribuídos no universo social e perceber que o campo espelha um espaço de disputa onde os indivíduos atuam por forma a garantir a acumulação de capitais que permitem a sua diferenciação, manifestando relações de poder e dominação.

1.3.2 O Capital Social

No âmbito desta investigação, um dos conceitos mobilizados foi o de capital social.

A discussão em torno de capital social poderá conduzir a uma dispersão das dimensões conceptuais que o caracterizam, pois, o mesmo é revelador de uma apropriação interdisciplinar, sendo

¹¹ O capital simbólico consiste nas três formas de capital, na medida em que representa o capital apreendido simbolicamente, numa relação de conhecimento e reconhecimento, pressupõe a intervenção do *habitus* como capacidade cognitiva constituída.

utilizado no âmbito tanto da sociologia, como da economia e da ciência política. Não se pretende explorar exaustivamente o conceito, mas sim mobilizá-lo para um maior entendimento relativamente ao acesso, uso e reconstrução do mesmo em situações de exclusão social.

Portes (2000) sustenta que o princípio da conceptualização de capital social já se encontra presente em Durkheim e em Marx¹², mas é principalmente com as contribuições de Bourdieu que o conceito se torna mais conhecido.

Importa distinguir duas visões distintas de capital social, uma conceptualizada por Pierre Bourdieu (1986) e outra defendida por James Coleman (1988) e David Putman (1994).

O conceito explanado por Bourdieu (1986) pressupõe o capital social enquanto recurso apropriável a nível individual pelos agentes e que influencia a posição dos mesmos no espaço social uma vez que lhes permite obter determinados benefícios sociais com a mobilização dos recursos que detêm. Em Bourdieu, capital social é, acima de tudo, a conceptualização de um capital, entendido enquanto bem privado.

Nesta visão, o capital social é um recurso que pode ser mobilizado em benefício próprio pelo agente que o detém e deriva da ligação deste agente a redes¹³ de inter-reconhecimento e inter-relacionamento. Por conseguinte, trata-se de um recurso agenciável revelador de diferenciação social, por meio de apropriação desigual.

Por outro lado, para Coleman (1988), o capital social ganha relevância na construção de capital humano e é entendido por via dos elementos da estrutura social que auxiliam os atores sociais, a nível individual, a atingir as suas metas e a satisfazer os seus interesses¹⁴. Neste sentido, o capital social é um atributo da estrutura, sendo que os mecanismos geradores de capital social são as obrigações e expectativas de reciprocidade, os canais de informações e as normas e sanções estabelecidas. Segundo o autor, no contexto coletivo, o capital social ajuda a manter a coesão social em função da obediência às normas e leis e fomenta a cooperação entre os agentes sociais que integram esse coletivo.

Já na perspectiva de Putnam (1994), este conceito é entendido como um conjunto de características de uma organização social – confiança, normas e sistemas – que tornam possíveis ações coordenadas, melhorando o desempenho do Estado democrático. Neste ponto de vista, capital social ajudaria a resolver problemas de ação social coletiva no sentido de se obter cooperação (dependente do engajamento cívico da sociedade), pelo que é uma visão que adota uma dimensão macrossocial.

¹² A definição de "capital" para Karl Marx pressupõe uma análise holística do capital de acordo com paradigmas sociais, políticos e económicos. Na sua visão, o capital é um bem que procura a mais-valia.

¹³ Rede entendida enquanto estrutura de interações estabelecidas entre agentes com vista a trocas de recursos, materiais ou materiais, que constituem a base das suas relações. Este conceito tem subjacente uma abordagem estrutural das interações sociais.

¹⁴ Coleman (1988) alarga a noção de capital social a coletivos e comunidades, representando uma visão utilitarista do conceito aproximando-o à Teoria da Escolha Racional.

Coleman e Putman definem capital social enquanto característica comum de um coletivo, ou de uma comunidade, com impacto no seu bem-estar e desenvolvimento económico e político, portanto, percecionado como um bem público. Os autores fazem corresponder o seu significado às normas, valores e níveis de confiança que caracterizam determinadas configurações relacionais em rede, pelo que o conceito de capital social é entendido essencialmente como rede social que pode beneficiar ou não esses coletivos.

Como referido por Lin (2000) estes dois autores acabam por não levantar a questão da repartição desigual do capital social em termos de funcionalidade inerente aos sistemas de estratificação (Lin, 2000: 25) pelo que, estas conceptualizações olvidam as desigualdades e as suas dinâmicas no espaço social. No entanto, é deveras importante reconhecer que o conceito é predominantemente uma forma de diferenciação social por via da desigual apropriação por parte dos agentes muito mais que uma característica das relações em rede.

Para esta investigação, tornou-se profícuo adotar a visão Bourdieusiana, como forma de delimitar capital social enquanto recurso apropriável individualmente, pelas pessoas em condição de sem-abrigo, na sua construção identitária perante a situação de vida de rua. Esta conceptualização permite, portanto, analisar o acesso e uso do capital social destes agentes integrando os questionamentos relacionados com a sua situação de vida.

Deste modo, é importante retomar o conceito desenvolvido por Bourdieu, na abordagem empírica.

“Capital social é o agregado de recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede duradoura de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e de reconhecimento mútuo – ou seja, à pertença a um grupo – que dá a cada um dos seus membros o suporte do capital coletivo, uma “credencial” que lhes dá direito ao crédito, nos vários sentidos da palavra.” (Bourdieu, 1986: 248)

O capital social deve ser distinguido das suas consequências ou resultados já que estes derivam sobretudo da forma como os recursos são utilizados.

O conceito deve ser analisado como forma de mobilizar a ação e deve possibilitar a distinção entre os possuidores de capital social (quem faz solicitação), as fontes de capital social (quem acede às solicitações) e os recursos que podem ser mobilizados para adquirir e intensificar este tipo de capital (Portes, 2000: 137).

Como explicitado por Lin (2000), a teoria do capital social foca-se nas ações que são estabelecidas para manter ou incrementar recursos atribuídos (como sejam o género e a raça) ou adquiridos (educação, trabalho, status) de forma a que estes sejam valorizados e investidos como expectativa de recebimento.

Trata-se de um conceito que ganha relevância no contexto em que o agente exerce a sua ação. Está interligado com a posição que este ocupa na estrutura, pois a obtenção de capital é dependente das interações sociais e necessariamente através da promoção de ações expressivas (ações que defendem e mantêm o nível de recursos dos quais os agentes são detentores e que são realizadas entre indivíduos com níveis de recursos idênticos) e ações instrumentais (ações que são destinadas a aumentar o nível de capital dos indivíduos e que são operadas entre indivíduos com níveis de recursos diferentes, com vista a beneficiar das oportunidades que lhes podem ser proporcionadas por recursos distintos dos seus).

Segundo Bourdieu, o capital social é analisado com base em intercâmbios materiais e simbólicos que prefiguram a pertença a um ou a vários grupos, ou seja, a existência de uma rede social caracterizada por relações de alguma proximidade, tanto a nível espacial como a nível de classe, onde o posicionamento relacional é social e economicamente próximo.

O volume de capital possuído por um agente depende assim da rede de conexões que ele pode mobilizar e do volume de capital detido por cada um de outros agentes a quem esse agente está conectado e a quem poderá recorrer.

O capital social é determinado não só pela relação social, como também pela quantidade e qualidade dos recursos provenientes dessa relação. Os benefícios que advêm da pertença a um determinado grupo apenas são possíveis com base nos princípios de solidariedade e de reciprocidade, baseados na confiança mútua, que norteiam as relações sociais e, que por sua vez, permitem gerar um efeito multiplicador sobre o capital social que o agente possui, logo, este só se torna real quando o acesso aos recursos da rede se realiza.

Como referido por Portes, “para possuir capital social, um individuo precisa de se relacionar com outros, e são estes – não o próprio – a verdadeira fonte dos seus benefícios” (Portes, 2000: 138). Assim sendo, as fontes de capital social estão dependentes da disponibilidade e da motivação de terceiros de tornar os recursos disponíveis. Percebe-se, portanto, que “as transações que envolvem capital social tendem a ser caracterizadas por obrigações tácitas, por horizontes temporais incertos, e pela possibilidade de violação das expectativas de reciprocidade.” (Portes, 2000: 135)

Na perspetiva do dador de determinado benefício poderá ele mesmo obter ganhos provindos do beneficiário, como também do grupo, da rede social a que ambos pertencem. Os benefícios aqui referidos poderão ser tangíveis ou intangíveis, não nos poderemos olvidar da reputação, do estatuto ou da aprovação conducentes a manifestações de poder e influencia grupal.

A identificação com o grupo de pertença torna-se um elemento poderoso na análise do capital social, permitindo perceber, não só, a motivação para a ação, mas também verificar o princípio da reciprocidade e da solidariedade limitada a determinado grupo social – solidariedade confinada. Note-se que as relações sociais tidas no grupo de pertença, acabam por revelar “obrigações”, ou trocas

expetáveis entre os seus membros, que advêm de uma confiança exigível e confinada ao grupo. Por outro lado, esta reciprocidade não se encontra limitada a certo período, a mesma é incerta quanto ao seu prazo.

Do anteriormente descrito, deriva, tal como Putman (2000) explicitou, a distinção de dois tipos de capital social, o inclusivo - *bridging capital* e o exclusivo - *bonding capital*. O capital social inclusivo enquanto agregador de grupos e de classes distintos entre si, e o capital social exclusivo, como aquele que une grupos ou classes semelhantes e com perfis análogos. O primeiro tipo de capital é estabelecido através de uma rede mais alargada de relações, permitindo o alcance mais vasto de contactos e de recursos, consequentemente de potenciais benefícios, tendo um efeito multiplicador do próprio capital. Trata-se de um tipo de capital social que promove a integração social e acomoda a diversidade e a cooperação entre diferentes grupos. Contrariamente, o capital social exclusivo decorre de relações entre agentes que ocupam o mesmo grupo, ou de relações entre grupos homogêneos pelo que reforça a sua exclusividade e homogeneidade criando um maior fechamento na rede e simultaneamente no grupo.

A existência de redes de ligações entre os agentes deriva de um processo em permanente construção no decorrer da sua vida, inicia-se através da família com relações estabelecidas entre os diversos graus de parentesco e estende-se, consciente e inconscientemente, ao longo do tempo a outras relações sociais como sejam as relações de vizinhança (laços territoriais), de trabalho (laços institucionalizados) ou de amizade (laços informais). Alarga-se, portanto, com o conhecimento e reconhecimento mútuos, aliados à identificação com a pertença a determinado grupo(s). São, assim, as próprias trocas estabelecidas entre os diversos agentes que geram o conhecimento e reconhecimento mútuo dentro do grupo, delimitando e reproduzindo o mesmo. A base de existência de um grupo, acaba por ser o seu capital (conjugação dos diversos capitais), a sua conservação e acumulação.

O capital social é, por isso, um conceito intangível e cumulativo, proveniente de processos de socialização, mutáveis e duráveis no tempo e consequente da pertença a uma rede social, caracterizada por relações dinâmicas entre os seus integrantes, os seus recursos e trajetórias.

É a pertença a um grupo que permite estabelecer redes, mas também desenvolver uma entidade coletiva, facto visível no processo de engajamento do agente.

A participação e interação em determinado grupo cria, consequentemente, uma identificação e um compromisso com o mesmo, logo um maior envolvimento dos agentes participantes. Concomitantemente, revela representações coletivas dentro do grupo e para o exterior, para a sociedade no geral. É no grupo e na simbologia que o mesmo acarreta que se atribui um estatuto à identidade individual do agente.

Como explanado por Giddens (2001), o percurso biográfico de um indivíduo integra continuamente acontecimentos exteriores que são escolhidos para a “estória contínua sobre o *self*”. “A identidade de uma pessoa não se encontra no comportamento, nem – por muito importante que o sejam -, nas reações dos outros, mas na capacidade de manter a continuidade de uma narrativa” (Giddens, 2001: 51). A identidade é assim criada através das trajetórias pessoais e sociais de cada indivíduo, na relação estabelecida com os outros, na interação desenvolvida com o meio social envolvente e no reconhecimento constituído. A identidade individual ou grupal alcança-se pelo reconhecimento dos outros, existindo necessidade desse reconhecimento para se afirmar. (Taylor, 1994)

O que significa que é através dos grupos sociais que se desenvolvem e concretizam os processos de estatuto e de identidade social, refletindo a posse de capital do agente, o poder que o mesmo detém sobre o espaço social, que se manifesta na relação entre a estrutura da distribuição dos agentes e dos recursos aos quais pode aceder.

2 Metodologia

Atendendo a que as questões a investigar não foram definidas a partir da operacionalização de variáveis ou de hipóteses previamente formuladas, mas sim segundo objetivos de exploração, descrição e compreensão relacionadas com um fenómeno complexo, ficou patente a necessidade da utilização de uma metodologia qualitativa.

Os métodos qualitativos possibilitam um modo interativo de recolha de dados com recurso a várias fontes procurando captar a dimensão subjetiva dos fenómenos. Epistemologicamente, há nesta metodologia, uma maior intervenção no processo de conhecimento do real, dando relevância à subjetividade na interpretação do social, privilegiando um contacto estreito e prolongado do investigador e o objeto de estudo.

Nesta investigação, a estratégia metodológica utilizada foi a pesquisa de terreno alicerçada na presença prolongada e repetida no contexto social do objeto de análise.

No desenvolvimento da pesquisa de terreno foram utilizadas técnicas de investigação como a observação participante, em interação com o observado, a recolha de histórias de vida, consolidadas em entrevistas semiestruturadas e em conversas informais²¹. O diário de campo foi uma ferramenta fundamental na sistematização da informação, primeiramente de forma descritiva e posteriormente verdadeiramente analítica.

O trabalho etnográfico aqui descrito está alicerçado na pesquisa de terreno realizada entre junho de 2018 e agosto de 2019 junto de pessoas que vivem em situação de sem-abrigo e tem subjacente a si uma experiência pessoal de cinco anos de voluntariado em equipas de rua que atuam junto dos indivíduos nesta situação de vida.

O trabalho voluntário continuado permitiu delimitar empiricamente o objeto de estudo, construí-lo teoricamente e refletir sobre a realidade deste grupo social. Simultaneamente possibilitou um contacto direto, de observação, de diálogo e de escuta, de sujeitos em condição de sem-abrigo, o que deu lugar a conhecer histórias e modos de vida.

No período anteriormente referido, inserida numa equipa de voluntários, fui ao encontro de pessoas em situação de sem-abrigo que pernoitam nas ruas da cidade de Lisboa, numa linha geográfica que se desenha junto ao rio Tejo e que atravessa desde o Parque das Nações até ao Cais do Sodré²². O

²¹ “(...) é através da observação direta e da comunicação com os outros, processos de interação que têm por suporte um quadro de relações sociais em que estão inseridos tanto os observados como o observador, que a informação sobre as realidades sociais que pretendemos conhecer, nos chega. A interferência não é, pois, simplesmente, um obstáculo ao conhecimento sociológico, mas também um veículo desse conhecimento.” (Costa, 1986: 135)

²² Corresponde, mais concretamente, às freguesias de Parque das Nações, Olivais, Marvila, Beato, Penha de França, São Vicente, Santa Maria Maior e Misericórdia.

encontro com as pessoas que estão nesta condição de vida foi efetuado no espaço público, na rua, junto dos locais de pernoita durante as noites de quinta-feira com uma periodicidade bimensal²³.

Durante o mês de dezembro de 2019 foram, ainda, realizadas oito entrevistas semiestruturadas fora do espaço onde os sujeitos costumavam pernoitar. As entrevistas foram concretizadas durante três dias²⁴, no contexto de uma festa de Natal dirigida às pessoas em situação de sem-abrigo e tiveram a duração entre uma hora e uma hora e meia, tendo sido registadas no diário de campo, já que não foram gravadas.

As entrevistas foram orientadas por um guião, por forma a que as questões colocadas aos entrevistados permitissem analisar a capacidade de construção de capital social, identificar as suas fontes (qual a rede de suporte social, o papel da família e com quem partilha o dia-a-dia) e de que formas este estaria a ser reforçado (quais as estratégias de reinserção desenvolvidas pelos sujeitos entrevistados).²⁵

Os entrevistados tinham idades compreendidas entre os 24 e os 69 anos. Dos oito entrevistados dois são do sexo feminino. Apenas um dos entrevistados (do sexo masculino) era casado, sendo que os restantes, não tinham, à data da entrevista, qualquer relacionamento afetivo.

Relativamente à escolaridade destes sujeitos, quatro frequentaram o ensino secundário, um o ensino superior e um o ensino básico. Desconhece-se a escolaridade de dois deles.

O tempo de vida na rua é bastante variável. Quatro dos oito entrevistados estão na condição de sem-abrigo há mais de 2 anos, um tem experiência de vida na rua há 1 ano e dois entre 7 e 8 meses. De notar que, um dos sujeitos não soube precisar há quanto tempo se encontrava em situação de sem-abrigo.

Caracterização dos Entrevistados - dezembro de 2019

Nome	Idade	Sexo	Estado Civil	Escolaridade	Tempo de vida na rua
Afonso	69	Masculino	Viúvo	9º Ano	7 Meses
Joana	37	Feminino	Solteira	10º Ano	Entre 2 a 3 Anos
Tiago	24	Masculino	Solteiro	Frequência Universitária	Desconhecido
Joaquim	68	Masculino	Solteiro	5º Ano	Mais de 5 anos
Bruno	27	Masculino	Casado	12º Ano	2 Anos
Paulo	58	Masculino	Divorciado	Desconhecido	1 Ano
Inácio	47	Masculino	Solteiro	Desconhecido	2 Anos
Ana	45	Feminino	Solteira	12º Ano	8 Meses

Tabela 1 - Caracterização dos entrevistados

O diário de campo, enquanto instrumento de investigação, permitiu sistematizar a experiência da pesquisa de terreno através do registo pormenorizado do que era observado, de sínteses e

²³ Em semanas intercaladas.

²⁴ Dia 20, 21 e 22 de dezembro de 2019.

²⁵ O Guião das Entrevistas pode ser consultado no Anexo B.

transcrições decorrentes das entrevistas, e de questionamentos e reflexões sobre a condição de estar sem-abrigo e sobre o capital social destes sujeitos.

Ser insider²⁶, colocou-me numa posição de profundo conhecimento do objeto, permitiu a captura de atributos que estão presentes nestes agentes e contribuiu para uma visão reflexiva da vida social, principalmente de como as sociedades urbanas se transformam na presença e com a presença deles. Motivou questionamentos relativos à capacidade de agência dos sujeitos pesquisados e ao impacto da mesma na construção de capital social enquanto mecanismo de poder. Simultaneamente desafiou a minha capacidade de distanciamento com vista a uma análise científica do objeto de estudo.

Com o objetivo de preservar o anonimato dos interlocutores, na apresentação dos dados etnográficos, todas as alusões e referências a nomes próprios são fictícias, mantendo-se apenas as datas e locais de contacto.

²⁶ *Insider* no sentido de estar familiarizada com a realidade das pessoas que vivem nesta situação e por oposição a *outsider*, que se encontra afastado da realidade. Ambas as posições podem proporcionar vantagens e desvantagens ao investigador (Elias, 1956 e Merton, 1972).

3 Resultados

3.1 A ocupação privada do espaço público. Corpo, espaço e identidade

Alguns dos elementos que emergiram da etnografia, a partir da observação sobre o “estar” sem-abrigo, são apresentados neste primeiro ponto. O objeto de estudo desta investigação vive e dorme na rua da cidade de Lisboa, em espaço público, ruidoso, desabrigado e movimentado. Um espaço público que é percecionado de outra forma com a sua presença, que é evitado e ignorado.

As pessoas em situação de sem-abrigo transgridem fronteiras, regras, “moralidades” que a sociedade tem alicerçadas como sendo fundamentais para a existência social.

Parece haver um duplo efeito na existência destes agentes no espaço urbano. Os mesmos refletem uma apropriação privada de um espaço público, recôndito e pouco relevante na vida da urbe, tornando-o mais visível pela presença dos seus corpos. Por outro lado, estes sujeitos expõem publicamente a vivência privada do seu dia a dia e fomentam, a quem é externo a esta situação, a estranheza e a evitação do local onde permanecem.

Note-se que as pessoas nesta condição colocam em causa a imagem e a identificação de um corpo saudável, as ideias e rituais de higiene e as conceções de sistema e ordem. Escapam às noções de higiene, de asseio corporal, de cuidado com a saúde e com a estética e invertem radicalmente as conceções de autonomia individual e, acima de tudo, conduzem a um questionamento acerca da vida em sociedade e dos limites da experiência humana.

Recordo-me da minha primeira viagem pela cidade de Lisboa, recordo-me das conversas que estabeleci, de perceber que algumas das pessoas com quem me cruzei tinham tido uma vida socialmente estruturada. Estranhei como se podia chegar a um nível de degradação económica, social e humana tal, que fosse necessário dormir na rua, pedir alimentos, roupa e um tempo de atenção e conversa.

Diário de Campo, junho 2018

A sua alimentação é deficitária, pese embora, muitos recorram a ajudas. Na minha incursão em campo assisti a situações de manifesta fome. Algumas pessoas chegavam junto da equipa de voluntários já no final da noite sem se terem alimentado durante o dia.

Inicialmente, a comida é uma forma de aproximação.²⁷ A relação inicia-se com a entrega de uma ceia e com o passar do tempo vai-se estreitando, pelas caras conhecidas, pelas conversas e pela confiança. Relativamente à alimentação, assisti a algumas pessoas a comerem quatro sandes vorazmente e ao terminarem pedirem mais comida. Este cenário foi-se modificando ao longo do tempo, atendendo a que com o crescente de instituições e particulares que ajudam com comida, a fome não é o principal problema das pessoas nestas condições.

²⁷ A forma de atuação dos voluntários da instituição privilegia o contacto, o diálogo, e a criação de uma relação de confiança, para que posteriormente seja possível o encaminhamento destas pessoas para os técnicos de ação social e psicólogos de forma a estes intervirem diretamente com os indivíduos de acordo com as suas necessidades e motivações.

Há, nas pessoas que se encontram nesta situação de vida, uma decadência corporal, não só derivada do consumo de substâncias que as tornam dependentes, como também das suas condições de saúde, de higiene, da agressividade do meio ambiente a que estão sujeitas e da dureza física das suas vidas.

A sociedade domiciliada objetifica e caracteriza os seus corpos como sujos, velhos, doentes e repugnantes. A degradação corporal, manifesta-se para além da sujidade, do envelhecimento físico e da doença dos corpos, manifesta-se no notório isolamento social, consequência de um afastamento progressivo destes sujeitos relativamente a quem tem uma posição externa à sua (os domiciliados) e, simultaneamente, destes últimos para quem se encontra numa situação de vida de rua reveladora de um certo constrangimento e repulsa.

A sociedade é confrontada com pessoas que espelham uma imagem de degradação a que o ser humano se pode expor, degradação física e mental, degradação de condições de vida, uma imagem de desgaste do sistema social, revelador de algumas falhas nas políticas públicas (de saúde, habitacionais, de combate à pobreza e de integração social).

Há nesta condição de vida um mecanismo de poder e dominação a que o corpo destes agentes está sujeito. São, maioritariamente, corpos sujeitos não só ao uso abusivo de substâncias das quais alguns ficam dependentes²⁸, mas também sujeitos ao ambiente que os rodeia, aos condicionalismos dos espaços públicos que ocupam e até às limitadas interações sociais que estabelecem (fundamentalmente mantidas com os seus pares, com instituições assistencialistas e muito pontualmente com algum familiar e organismo estatal) e ao simbolismo que todas estas questões acarretam. A dominação do corpo não é só simbólica, materializa-se em interações sociais de elevada diferenciação social e de reprodução coletiva, assim sendo, da manutenção da exclusão social que os seus corpos evidenciam.

Das incursões em campo e, pese embora a realidade diversa deste grupo social, pude verificar que há objetos comuns a todos os sujeitos que se encontram nesta situação, que materializam esta condição de vida e espelham a construção do *self*, a construção e manutenção da identidade de ser sem-abrigo.

Para além do corpo como objeto simbólico que reflete uma pobreza extrema e elevada exclusão, estes sujeitos costumam ter, junto de si, sacos, ou mochilas com os seus pertences, que levam nas suas deslocações pela cidade. Nos locais de pernoita é comum verem-se carros de compras de supermercado onde guardam os seus objetos pessoais, cartões, mantas e embalagens ou garrafas de vinho. No início do inverno de 2018, houve na cidade de Lisboa e, como forma de melhorar as

²⁸ Refiro-me essencialmente ao álcool.

condições de pernoita destas pessoas, a distribuição de tendas que foram montadas respeitando os locais inicialmente ocupados por estes indivíduos, pelo que também a tenda em espaço público urbano passou a ser um atributo deste grupo. Os seus pertences revelam-se verdadeiros instrumentos identitários já que são relevantes para a construção e manutenção da identidade de ser sem-abrigo.

Estes objetos simbólicos são reveladores e delimitadores do espaço social ocupado pelos sujeitos. Há deste modo, nos objetos e nos corpos destes agentes, uma forte marcação territorial.

Os próprios indivíduos tentam posicionar-se, reconstruindo a sua própria existência e identidade. A visibilidade do seu corpo no espaço público delimita a sua territorialidade, fronteiras físicas e até mesmo morais. Esta corporalidade confunde e rompe a corporalidade e os ideais de corpo e de bem-estar construídos ao longo do tempo pela sociedade. Trata-se de uma corporalidade vista, pelo grupo dominante dos domiciliados, como transmissível, podendo ser uma realidade possível de acontecer a qualquer um, revelando à restante sociedade as possibilidades de sucessivas ruturas.

Andando pelo espaço onde pernoitam estes sujeitos, é possível verificar as suas delimitações. Existem espaços de pernoita que são mutantes entre o dia a noite e existem espaços que se mantêm inalterados durante todo o dia. Quem pernoita num espaço onde permanecem os seus pertences durante o dia, apelida este espaço de “barraca” e até de “casa”. São locais de algum degredo, com falta de condições de higiene e de habitabilidade, composto essencialmente por restos de mobília, sacos de plástico, toldos, tecidos. Alguns destes locais mantêm-se inalterados pois os sujeitos em situação de sem-abrigo acabam por permanecer naquele local, as suas movimentações durante o dia na cidade são restritas aos espaços circunstantes.

Debaixo do viaduto de Santa Apolónia existe bem delimitado um espaço onde coabitam indivíduos em tendas, indivíduos que estruturaram uma “barraca” com plásticos, restos de móveis, madeiras e toldos e indivíduos que dormem ao relento. São, como eles próprios se apelidam, vizinhos. Alguns mantêm boas relações. Os menos desejados são os que estabelecem relações conflitantes. Há indivíduos mais apaziguadores, guardadores e zeladores do espaço comum, estreitam as relações com os restantes vizinhos e em caso de problemas ou questões que seja necessário recorrer a ajuda externa, como sejam médicos ou polícia, estão dispostos a ajudar. Carlos, ex-presidiário, não gosta de confusões, tenta ser justo nas suas apreciações, tenta estabelecer a ordem, recorrendo algumas vezes a uma certa agressividade mesmo nas palavras. Fala com todos os vizinhos. Antonieta é a zeladora do espaço. Gosta de manter a zona da sua “barraca” limpa, é conhecedora do que se passa á sua volta, dos dias dos seus vizinhos, do que se passa naquela zona. Trata-se de uma agente informante por excelência; consegue descrever o que ocorre durante o dia, as relações tidas, quem esteve presente e ausente, quem teve problemas e onde param as pessoas caso não estejam no espaço físico que ocupam durante a noite. Incita também Carlos a se envolver com os seus vizinhos e retira-o de cena quando prevê que alguma situação possa despoletar que o envolvimento de Carlos passe para a agressão física, evitando assim (na sua ideia) que ele possa ser novamente incriminado e preso. Neste espaço estão alguns estrangeiros, que mal-entendem a língua portuguesa. A comunicação com os mesmos e por conseguinte a interação com eles é mais difícil. Sem documentos, encontram-se mais vulneráveis e dependentes de quem mantenha uma conversa em inglês. Separados da família, emigraram na busca de melhores condições de vida. Incompreendidos por alguns dos seus vizinhos, são algumas vezes geradores de desconfiança e de uma certa marginalização pelo grupo.

Diário de Campo, dezembro de 2018

No entanto e, embora o espaço público ocupado por estes indivíduos esteja delimitado pelos seus objetos, privatizando-o; verifiquei a necessidade da sociedade os eliminar, de os tornar invisíveis. Confrontada com a sua aparência suja, reveladora de pobreza, de doença e dependências várias, a sociedade vê-se incomodada na sua ordem, por indivíduos que espelham a privação não só de conceitos básicos de higiene e de habitação, como também de sucesso, brio pessoal, de saúde e essencialmente de privacidade, revelam a pobreza extrema e o expoente da exclusão social.

No discurso destes agentes por diversas vezes há referência ao controlo social e estatal, ao aumento da burocracia quando pretendem recorrer a apoios, ao incremento da vigilância sobre os mesmos e à opressão sentida nas assimetrias e desigualdades sociais. Várias são as tentativas de os expulsar dos espaços que ocupam, até pela limpeza física dos mesmos, como forma de dispersão dos corpos sujos e de pertences considerados lixo. Em vésperas de eventos na cidade de Lisboa, como sejam eventos desportivos ou de comemorações institucionais, as pessoas nesta condição de vida, são “varridas” do espaço que ocupam. Primeiramente são alertadas pela polícia e por serviços da junta de freguesia de forma a abandonarem o local na véspera dos eventos. Os locais onde os eventos irão decorrer são posteriormente limpos por equipas de limpeza e caso existam pertences destas pessoas, os mesmos são tornados lixo. Nunca presenciei esta abordagem por parte da polícia ou da junta de freguesia. Apenas tive conhecimento pelos constantes relatos que, necessariamente em zonas mais expostas, mais movimentadas, mais turísticas e aprazíveis (Parque das Nações, Praça do Comércio e Ribeira das Naus), as pessoas em condição de sem-abrigo são avisadas que têm que retirar os seus pertences e sair do local.

Na prática, sucede que as pessoas, estando nessa disposição, mudam de espaço, acatando as ordens; ou contrariamente, mantêm-se no espaço que consideram seu até aparecerem elementos da junta de freguesia e da polícia para levarem os seus pertences.

O casal que pernoita à porta da FIL no Parque das Nações, relatou o sucedido com um grupo de pessoas em condição de sem-abrigo que se mantinham no jardim. A carrinha da junta tinha passado poucos dias antes e tinha levado todos os pertences do grupo (carros de supermercado repletos dos seus objetos). O mesmo se passou por debaixo do viaduto de Santa Apolónia.

Diário de Campo, maio 2019

As provas desportivas modificam aquilo que já me habituei a ver na noite de uma grande urbe. A zona fica despojada de pessoas e de tudo o que lhes pertence, tudo é limpo, as ruas são lavadas, tudo fica visualmente mais aprazível para receber os desportistas, os turistas, quem vem para um evento. Os locais por onde as provas passam são obrigatoriamente lavados, é-lhes dada uma nova cara. A cidade muda visualmente. Durante este período procuram-se caras conhecidas, pretende-se saber onde pára quem pernoita naquele local, com quem já me habituei a conversar, de quem tenho curiosidade em perceber modos de vida.

A maioria desloca-se para locais muito perto da zona de pernoita. Terminados os eventos, as pessoas regressam. Ou, como no caso de Pedro e do seu grupo de amigos, Paulo, a sua

sobrinha, João e outros dois que desconheço o nome, deslocaram-se e não voltaram. Não pretendem andar sempre a ser importunados pelas autoridades, sentem-se mal em terem que forçosamente abandonar o seu local. Como me disseram “se temos que o deixar que seja por nós e não porque vai haver uma corrida e querem que os turistas vejam uma cidade diferente daquilo que é”.

Diário de Campo, maio 2019

3.2 A rua como experiência de vida

A situação de sem-abrigo, a situação de vida de rua, é um fenómeno essencialmente urbano que problematiza a questão da falta de habitação implicando, na génese das políticas públicas, que esta situação seja um acontecimento transitório, podendo ser colmatado com a obtenção de um teto, de uma habitação.

No entanto, viver na rua é estruturar progressivamente um novo estilo de vida, um novo dia a dia que tem como referência o espaço público. A rua é alvo de apropriação, transformação e personalização, torna-se espaço da vida quotidiana, torna-se local de habitação e trabalho, sendo que os sujeitos apelidados de sem-abrigo se vão desvinculando gradualmente das suas redes de suporte existentes antes dessa situação de vida e aderem progressivamente aos códigos que imperam na rua. Verifica-se que há um engajamento crescente com o ser sem-abrigo que passa, assim, muitas vezes, de uma situação transitória para uma situação permanente dentro do espaço público e é reveladora da relação que o sujeito tem com a rua.

Por outro lado, a não fixação das pessoas que vivem na rua, revela uma mobilidade espacial que por sua vez gera formas de vida com características dispares dos indivíduos domiciliados.

Esta fronteira que separa o espaço público e o privado, marcada pela separação objetiva de espaços (casa versus rua), contribui para a formação identitária individual e coletiva do objeto de estudo em oposição à posição dominante daqueles que habitam em casas, os domiciliados. A sua identidade, permite-lhes ocupar um lugar simbólico na grande urbe, reveladora de indivíduos que se alheiam da sociedade, do sistema capitalista e consumista, colocando em causa o respeito para com as regras e para com o Estado.

As vivências das pessoas em situação de sem-abrigo têm um elevado nível de complexidade, já que o seu quotidiano é gerado na rua. A mesma proporciona, simultaneamente, a perceção do que é privado e do que é público. Estes sujeitos, utilizadores do espaço público na sua vida privada, apagam a fronteira que delimita espaço público do espaço privado.

Importa notar que a vida das pessoas em situação de sem-abrigo é constantemente desenhada por fatores externos ao sujeito, pois o espaço e a vida pública têm influência na produção da sua vida quotidiana e na sua privacidade. Veja-se, a título de exemplo, que a saída dos locais de pernoita por parte destes sujeitos está dependente dos horários e da mobilidade daqueles que se encontram numa

situação domiciliada. A agitação da cidade faz depender a vida de quem mora na rua. Os próprios locais de pernoita são muitas vezes escolhidos em locais invisíveis aos olhos dos sujeitos domiciliados, ou “permitidos” ou tolerados por estes.

Quando estamos na presença de uma pessoa em situação de sem-abrigo, a sua visibilidade pode até confundir-se com invisibilidade, não só pela existência de muitos indocumentados, mas essencialmente na medida em que a vida daqueles que dormem na rua são um evento que causa estranheza e rejeição a quem lhe é externo (à posição dominante de domiciliado), como se essas pessoas não pertencessem aquele espaço. No entanto, a rua é associada ao espaço de “exposição” destes sujeitos, sendo que quem reside na rua, quem é sem-abrigo, é ele mesmo um atributo da própria rua.

O sujeito que vive e dorme na rua transforma o espaço da cidade no qual permanece, ou pode até dizer-se habita, pois interfere nas práticas quotidianas daquele lugar, dá novo significado aos espaços e equipamentos públicos, altera algumas relações sociais e, ao exibir a vida particular no espaço público²⁹, influencia e conduz a uma reflexão sobre as concepções de público e privado.

A partir da sua agência, a pessoa em situação de sem-abrigo ocupa um lugar simbólico dentro da cidade que lhe pode acarretar prejuízos ou benefícios.

Através da observação da vida das pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo e, perante a visão de investigadora, com consciência da minha posição dominante, pude perceber que o sujeito que se encontra nesta condição produz ruturas permanentes com os códigos implícitos no espaço onde habita. Mas assim como há códigos de convivência estabelecidos na cidade, também há códigos de convivência entre as pessoas em situação de sem-abrigo: não invadir o espaço de outro sujeito, espaço enquanto território habitacional (não dormir no lugar de outrem) ou espaço passível de gerar rendimento (como acontece por exemplo nas situações de arrumadores de carros) compartilhar comida, bebida, cigarros. Estes códigos variam de acordo com o uso que se faz da rua, com o grau de engajamento com a mesma, com a maior identificação com a situação de estar sem-abrigo.

Independentemente das razões que originaram a vida de rua pude verificar e distinguir, durante a pesquisa de terreno, duas vertentes justificativas desta situação de vida; uma focalizada na decisão voluntária do agente e outra que reside numa consequência de circunstâncias adversas de vida, denotando simultaneamente uma maior resistência por parte de quem vive na rua a esta situação.

²⁹ O comportamento da pessoa que vive a sua vida na rua caracteriza-se pela exposição dos hábitos corporais (práticas de alimentação e higiene, necessidades fisiológicas e sexuais, necessidades de vestuário) e revela os gestos sociais e os comportamentos de relação com os seus pares, com os códigos de conduta da cidade e que são influenciados pelo o ritmo da urbe, pelos itinerários, pelos habitantes com os quais convive e até pelos lugares que frequenta.

Na primeira vertente, os sujeitos sem-abrigo procuraram a vida de rua em busca de uma liberdade, desligando-se de vínculos, fundamentalmente familiares, procurando estar só por escolha própria. Os seus discursos revelam um maior nível de adaptação a esta forma de vida. Como explicado por Pais (2006) “a solidão nem sempre é sentida de forma negativa. Escolhida como opção de vida, ela não se identifica obrigatoriamente com sofrimento, abandono, vazio” (Pais, 2006: 353), ou seja, “a solidão pode ser encarada como uma oportunidade ou capacidade de reação em relação à ausência ou indiferença dos demais” (Pais, 2006: 355)

Francisco: “A vida em família não era para mim, aqui ninguém me chateia. Eles não sabem que eu vivo aqui, que eu estou na rua. (...) Não quero que saibam. (...) Estou na minha vida.”

Diário de Campo, dezembro de 2019

Joana: “A minha mãe é uma bruxa, ficou com o meu filho (...) Aqui não me controla.”

Diário de Campo, dezembro de 2019

Já os agentes cujo discurso se enquadra na segunda vertente revelam preocupação com o modo de vida que têm. Relembam de forma positiva a experiência de vida em família, os vínculos afetivos e de trabalho antes da experiência de rua e reagem contra o modo de vida atual.

Licínio: “Você não se lembra, porque não são coisas para a sua idade, em Lourenço Marques ia muito ao cinema Infante (...). Depois voltei a encontrar o meu irmão, antes da minha mãe morrer. Tínhamos tudo. (...) agora só queria que me dessem uma casinha”

Diário de Campo, dezembro 2019

Fernando: “Não quero falar sobre isso (...) Isto não é vida para ninguém.”

Diário de Campo, dezembro 2019

Pese embora os diversos fatores que conduzem estes sujeitos à vivência de rua, percebe-se que todos apontam para fragilidades na sua rede social, tanto a nível de suporte, como a nível de cobrança. A rua pode não oferecer suporte, mas diminui a cobrança proporcionando, segundo as narrativas dos sujeitos nesta condição de vida, uma maior liberdade, aqui entendida como ausência de restrições.

As fragilidades e adversidades vividas na rua, reforçam um quotidiano repleto de ruturas com as redes sociais, ruturas que oprimem a ação por via dos condicionalismos do que é viver privadamente num espaço público, “aprisionando” o sujeito investigado. Percebe-se, portanto, que este aprisionamento simbólico das pessoas em situação de sem-abrigo parte da rua para o privado. A rua enquanto espaço público e visível torna-se concomitantemente símbolo de liberdade e de opressão e dependência conduzindo a um modo de vida oculto e invisível que amarra quem nela habita.

Há na rua uma ambiguidade patente na relação entre o visível e o invisível, entre o espaço público e o espaço privado, entre o aprisionamento e a liberdade.

3.3 Laços e relações com o “exterior”. Família, ruturas e continuidades intermitentes

Importa notar que, das histórias de vida relatadas, se constata que existem, efetivamente, diferentes perfis de engajamento com a condição de sem-abrigo.

Inicialmente, os agentes assumem que esta é uma condição, ou situação passageira, de curta duração e que ocorre enquanto procuram alojamento ou aguardam a resolução de uma situação pontual (rutura familiar ou profissional), trata-se, segundo as palavras de muitos, de uma “escolha própria”.

O nível de engajamento vai sendo reforçado com o passar do tempo, com a “aquisição” de novas formas de estar, de convivência entre as outras pessoas que vivem próximo, de identificação com o grupo, com o iniciar e/ou intensificar de consumos de substâncias, com uma transformação de identidade. Neste nível, o grau de engajamento é forte, sendo que existe um notório processo de rutura do indivíduo com a sociedade. As conversas, as histórias, as formas de vida espelham uma perda de pertença à sociedade. Revêm-se num novo grupo, as pessoas em situação de sem-abrigo. Os indivíduos isolam-se da sociedade, das suas instituições e regras, colocam-se à margem. Com o passar do tempo, quebram e rejeitam a aproximação de indivíduos externos ao novo grupo de pertença, desconfiam de quem não faz parte do mesmo.

Mas a rutura pode ocorrer ainda a um grau mais intenso. A desilusão dentro do novo grupo pode levar a que estes indivíduos que já se encontravam marginalizados se isolem ainda mais, seja muitas vezes pela degradação da saúde mental, seja por não se identificarem com quem coabitam na rua, ou pela existência de novas ruturas.

Américo é um caso exemplificativo de ruturas várias. Dorme junto ao rio, na zona do terminal de cruzeiros de Lisboa. Diz que escolheu esta experiência de vida após o término de relacionamento com a sua companheira, preferiu abandonar tudo. Tem família, na zona norte do país, diz que tem casa onde pode morar. No entanto, dorme em condições desconfortáveis e refere que é uma aprendizagem este modo de vida. Contacta com a família por telefone e não lhes revela que está na rua. Diz-lhes, como a mim, que está de férias. Rejeita a aproximação de pessoas que, encontrando-se na mesma condição que ele, não têm o mínimo de higiene, que não separam o local de dormida com o local onde fazem as necessidades básicas, que não arrumam os seus pertences e que arranjam confusões. Diz que não tem consumos. A sua condição mental deixa algumas dúvidas. Com as repetidas conversas, percebe-se que se baralha, que troca alguns pormenores dos factos que tem revelado ao longo do tempo, necessariamente aqueles que têm a ver com o seu suporte económico, com os seus relacionamentos. É perceptível que não mantém relacionamentos fortes com ninguém da sua família. Nunca falou em amizades. A nível assistencial, contacta com alguns voluntários, mas não procura ajuda Estatal por não acreditar no sistema.

Diário de Campo, julho 2019

Exemplo recente foi o caso de Inácio. De aspeto mais velho do que o seu cartão de cidadão revela, tem algumas características físicas decorrentes de problemas de saúde. Presenciei, ao logo do meu trabalho de voluntariado, a sua evolução na situação de rua. Quando o conheci, vivia num quarto com a ajuda da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, vivia onde sempre tinha vivido, na sua cidade e no seu bairro. Nessa altura pude perceber que as relações que tinha a nível social eram fracas, esperava por nós até cerca das duas da manhã na Gare do Oriente, por forma a conversar connosco entre meia a uma hora. Seguia depois para o seu quarto, noutra zona da cidade, na sua zona da cidade. Fazia alguns consumos de drogas e deslocava-se na cidade com esse intuito. Dizia-nos que recebia uma

pensão de invalidez, que não lhe permitia a sua sobrevivência, sem ajudas externas. Posteriormente, com as discussões com a sua senhoria, foi forçado a abandonar o quarto onde vivia. Os rendimentos e as ajudas que tinha não lhe permitiram encontrar um quarto em Lisboa, deslocou-se para a margem sul da cidade. Se inicialmente estava feliz porque a casa onde morava tinha melhores condições, as conversas denotavam uma inadaptação, um desenraizamento e rutura com os seus hábitos, com a identificação com o espaço. Nesta altura ansiava reencontrar-se com a irmã e os sobrinhos, que se encontravam emigrados. Mantinha contacto com esta família através do telemóvel, pelas redes sociais. O reencontro deu-se numas férias da irmã em Portugal, mas a partir do primeiro encontro Inácio não conseguiu manter contacto. O número de telefone da irmã mudara, as férias que iriam ser partilhadas, foram alteradas. Uma desilusão para ele. Tempos depois Inácio estava na rua, dormia na rua, fazia a sua vida na rua. A revolta relativamente aos laços que perdeu, ao sistema de ajuda, à burocracia dos apoios sociais, à indignação com a sua assistente social, aos tempos de espera para resolução de situações prementes, incitou-o a juntar-se aqueles que de certa forma sentiam como ele e passou a dormir na rua. Se, desde que dorme na rua Inácio sempre esteve acompanhado, hoje não é assim. Recentemente discutiu com um dos seus amigos e protetores, questões de dinheiro e drogas. Diz que foi roubado. À parte da génese das suas discussões, interessou-me perceber o que isso influenciou a sua vida. Afastou-se. Mais uma ramificação da sua rede de contacto e de socialização que foi cortada.

Caso análogo é o de Joana que encontro na zona do Pavilhão de Portugal. Nunca quer conversar. Procura outras pessoas unicamente para pedir alimentos, ou uma ajuda pontual, ou para os seus consumos. Vive só. As raras aproximações, foram intensas. Demonstra uma certa agressividade e revolta. No seu discurso e na sua postura, deixa denotar algumas perturbações mentais.

António, um jovem de vinte e poucos anos, dorme no Pavilhão de Portugal. Pese embora aparente problemas psicológicos, não o abordei com esta premissa. Interessava-me sobretudo perceber como um jovem, com alguma capacidade argumentativa, com uma fluidez de discurso e de vocabulário, se mantinha naquela condição e qual seria a sua relação com a família, os amigos e com o sistema de ensino. Confidenciou a sua rutura familiar, a opressão da avó, o descuido do pai. Mas com o decorrer de conversas com ele e com quem junto dele pernoitava, foi possível perceber que mantém o contacto com a família. O pai procurou-o, foi ter com ele ao seu local de pernoita, quis cuidar dele, quis que melhorasse a sua aparência. Mas João não coopera, vê na família, no sistema social, na própria sociedade, um fator limitador e redutor da sua ação. Foge de um envolvimento intenso, isola-se, como tantos outros indivíduos com quem conversei. Isola-se, essencialmente porque discorda do modelo de vida, da resolução de problemas e enfatiza questões como a pobreza. Fala em sonhos e questiona a sociedade como ela é. Com o passar dos meses, o seu discurso tornou-se mais alterado, disruptivo, já não se identifica com o seu passado, com o sistema político e económico. A degradação da sua

aparência torna-se notória, mais suja e descuidada. Coloca-se à margem, rompe com os fracos laços familiares e revela dúvidas relativamente à sua sanidade mental.

Uma história de vida exemplificativa não só de um percurso longo na rua, como também de problemas físicos e quiçá mentais, é o caso de Manuel. Nascido longe de Portugal continental, fala do passado, da pobreza que viveu enquanto novo, da pobreza a que assistiu, dos períodos emigrados, da vida economicamente estável que construiu e de muitas ruturas relacionais, com a família e, principalmente, com a anterior cónjuge. Recorda a importância das relações que tinha enquanto novo, relações familiares com elementos que já faleceram e relações com as pessoas da sua terra. Tem três filhas, a quem possibilitou uma boa vida. Revolta-se com a ex-mulher e uma das filhas, que, segundo ele não são de confiança. Diz ter uma aproximação com uma das suas filhas, que a mesma o visita recorrentemente. Quando o deixamos de ver por alguns dias refere que foi a alguma comemoração familiar. Percebemos, pelos seus relatos, que os acontecimentos que refere são construções suas. Apresenta muitas fragilidades físicas, derivadas da sua idade, da sua condição de vida, da sua forma de ver o mundo, da pobreza e da falta de condições de higiene e de habitabilidade. Quer atenção, mas recusa ser contrariado. Numa das maiores situações de fragilidade que teve, foi necessária a intervenção médica e de assistência social, acabou por ficar internado num lar. Recuperou fisicamente e, aquando alguns momentos de lazer fora do lar, não quis voltar às regras, aos horários, ao controlo social.

Diz que aquelas regras não são para ele, que é um homem livre. Não quer acatar nem regras nem controlos externos: “quem é aquela velha para me dizer a que horas tenho que entrar?”

Diário de Campo, março de 2019

À semelhança de Manuel, também Licínio detém uma idade mais avançada e muitos anos de rua e, também ele, mantém este discurso. Lúcido, muito atualizado e informado, Licínio é um bom conversador. Correto e educado, encontra-se, nos dias que correm, numa fase de maior estabilidade emocional. Conheci-lhe alguns relacionamentos e algumas separações que o faziam cair sempre em períodos depressivos e desleixados. Nestes períodos a sua situação de vida agravava-se, descuidava o pé diabético, descuidava a higiene e só saía “da sua toca” com alguns voluntários com quem já tinha uma relação de maior confiança. Nesta fase era de poucas palavras e, apenas com alguma insistência, ouvia o que lhe dizíamos. Pessoa de exigências várias, tanto com a comida, roupas, como com os seus relacionamentos, não confia em qualquer um e rejeita o controlo externo. Nas nossas conversas revelou que as ruturas com a família ocorreram após a morte dos pais, por questões de partilha de bens rompeu relações com o seu irmão. Não quer explorar este assunto, desvia a conversa e nem ouve perguntas nesse sentido. Foi nessa altura e, após ter cumprido o serviço militar nas antigas colónias portuguesas, que se radicou em Lisboa como morador de rua. Relembro que o conheci numa fase muito revoltada da sua vida, sentia-se incompreendido, controlado. Está mais apaziguado, mantém

alguns comportamentos obsessivo compulsivos, mas revela melhor aspeto físico e cuida das suas questões de saúde com ajuda de algumas pessoas de instituições, a quem apelida de amigas.

Refiro ainda um outro caso de rutura familiar, Paula Maria. Mulher, mãe de quarenta e poucos anos, alcoólica, dorme essencialmente num abrigo comunitário. Encontrei por algumas semanas seguidas Paula Maria na rua. Tinha sido vítima de abuso sexual. Encontrava-se acompanhada por alguém que tinha conhecido no centro de acolhimento onde costuma dormir e que considera seu amigo. Na conversa percebe-se que as suas relações se mantêm essencialmente com estas pessoas. Tem vergonha da sua situação e, pese embora mantenha algum contacto com o filho, entende que não deve recorrer a ele por todos os problemas que tem, mas reforça-nos a ideia de que ele a iria defender de possíveis agressões. A sua vida, como ela própria caracteriza, desviante, acarreta alguns problemas para o filho que vive na margem sul do Tejo. Não se quer entregar, envolver por mais que uns telefonemas. Não pretende ver o filho. Com os voluntários que se aproximam dela, conta a sua experiência de vida após algumas insistências, com revolta e com consciência que é uma vítima dos seus consumos. Revela que fez, em tempos, uma desintoxicação com a ajuda da sua mãe, na casa da sua mãe e para orgulho da mesma. Diz que a sua força de vontade não foi possível para reconstruir um novo caminho. Fala da ausência da mãe, fala que está só e que só tem o seu filho.

Note-se que seis dos oito entrevistados durante o mês de dezembro de 2019 apresentam uma ausência de relacionamentos familiares. Nos casos em que há contacto com a família, constata-se que a frequência desse contacto é reduzida. Joana, uma das entrevistadas, apenas contacta a mãe quando se encontra bem e fá-lo telefonicamente, em média, uma vez por mês. O intuito do seu telefonema é falar com o seu filho.

Foi possível apurar que um dos recursos para aceder às fontes de capital social, que espelha uma das características da globalidade das sociedades contemporâneas, é o telemóvel. Com parte do rendimento que obtêm através dos apoios sociais, de pequenos biscates (já que a ligação ao mundo laboral se demonstra bastante irregular) ou de pedidos de ajuda/esmola, conseguem aceder ao objeto do quotidiano da sociedade, o telemóvel e com recurso aos espaços públicos, como centros comerciais, conseguem carregar a sua bateria. Se inicialmente não consegui perceber a importância deste objeto na vida destes sujeitos, com o avançar da minha investigação foi altamente revelador que o telemóvel permite a estes indivíduos manter, ainda que de forma fraca e pouco intensa, o seu capital social. Permite-lhes estar informados, utilizar as plataformas digitais e manter algumas relações mesmo que não se efetivem presencialmente. O telemóvel aparece aqui como um recurso para a construção de capital social.

No decorrer da investigação pude também compreender que a rede de contactos das pessoas nesta condição de vida se rege essencialmente por reduzidas, fracas e instáveis relações sociais.

Considerando que as redes são sistemas de relações que unem os agentes sociais e onde circulam fluxos de recursos, a pertença a determinada rede de relações tem como principal objetivo a satisfação de necessidades do agente, sejam essas necessidades de foro material ou simbólico.

Nas pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo, pude verificar, não só nos seus discursos como nos seus comportamentos, que os mesmos detinham redes de suporte que muitas vezes são desvalorizadas pelos próprios. Essencialmente por via da degradação de saúde física e mental, as pessoas nesta condição de vida desligam-se das redes de relacionamento e de interconhecimento que eventualmente estiveram presentes nas suas vidas. É aqui importante referir a influência dos laços familiares como elo primordial na obtenção de capital social.

As informações recolhidas durante a pesquisa de terreno, parecem evidenciar que, para que a família se mantenha como fonte de capital social e contribua para esse mesmo capital é necessário que o indivíduo em situação de sem-abrigo primeiramente mantenha contacto com um elemento de referência da sua família, que entre ambos existam valores de partilha, de reciprocidade e cooperação e simultaneamente que, através dela, consiga aceder a outras fontes de capital, essencialmente capital económico.

3.4 Redes sociais e fontes de capital social construídas na rua

Observou-se que caso a família não providencie, não desenvolva, nem reforce a fonte de capital social destes indivíduos, podem surgir, muitas vezes, alternativas.

Estas opções de suporte extra família, desenvolvem-se no espaço e no tempo com quem se encontra fisicamente próximo e respeitando os “códigos da rua”, ou com quem se aproxima destes sujeitos e é bem acolhido (principalmente por necessidade do mesmo, necessidades a nível material ou imaterial). São relações que ocorrem na rua como forma de sobreviver a esta condição de vida, desenvolvem-se com os seus pares e com as instituições que apoiam esta população no seu dia a dia.

Durante o trabalho de campo foi possível comprovar que são várias as instituições que atuam junto desta população, instituições não governamentais de cuidados médicos e maioritariamente de apoio alimentar. Praticamente a totalidade dos indivíduos que se encontram nesta situação conhece as instituições que os apoiam, o seu *modus operandi*, e em alguns casos as pessoas que as representam, estabelecendo uma relação de maior confiança e proximidade com as mesmas.

Constatei várias vezes, que estes indivíduos controlam os horários em que as instituições atuam, sabendo o que esperar de cada uma delas e que tipo de apoio podem ter.

Hoje estavam todos bem-dispostos e ansiosos pela nossa chegada, que se revelou tardia pois tínhamos ficado mais tempo a conversar com o Sr. Manuel. Como sempre, o Sr. Mário insurgiu-se contra o nosso atraso e ao perceber que não tínhamos trazido mantas, manifestou o seu desagrado com um discurso bastante agressivo. Brincámos com a situação, para desanuviar o

ambiente e mantivemos a conversa descontraidamente com as outras pessoas que se encontravam no local.

Diário de Campo, abril de 2019

No seguimento da nossa conversa acerca do que lhe fazia mais falta, Fernando revelou-se espantado quando o tratei pelo nome. “Ainda se lembra do meu nome!?”

Diário de Campo, dezembro de 2019

Raras foram as abordagens a alguém que não conhecia a instituição da qual era voluntária, uma vez que a maioria das pessoas com as quais contactei tinha uma vivência de rua de anos. Embora, enquanto voluntária, tenha abordado pessoas que estavam numa situação de rua recente (inferior a um mês), essas situações eram raras. A maioria dos sujeitos nesta condição de vida mostrava-se mais disponível para estabelecer alguma conversação após algum tempo na rua (entre três a seis meses), possivelmente por vergonha, pela rutura e demarcação com a anterior situação de vida e até por falta de contacto com quem se encontrava na mesma condição.

Durante a pesquisa de terreno, ficou ainda patente que o grau de solidariedade e de união intra grupo deriva da experiência da condição de vida que têm em comum e da própria experiência de exclusão social. Assim sendo, as histórias de sucesso individual parecem colocar algumas questões à ligação entre os membros do grupo e à coesão do mesmo. O grupo espelha a impossibilidade de superação da condição de vida de rua e de mudança para o grupo maioritário e socialmente oposto, os domiciliados. Pelo que, pese embora os laços intra grupo permitam a sobrevivência do agente na situação de rua, também restringem a sua ação.

Constata-se, então, que a identificação com o grupo sem-abrigo limita os seus membros para a reprodução e manutenção dessa condição de vida, podendo inclusive, criar algumas restrições à autonomia e à liberdade individuais, contrárias àquelas a que os agentes nesta condição de vida dizem experienciar (liberdade e ausência de regras sociais).

Os resultados do trabalho empírico apontam que a identificação dos agentes com o novo grupo de pertença, a confiança e o compromisso entre os mesmos, se mostram fundamentais para a sobrevivência na rua, mas, também, para a manutenção do grupo e para a procura de objetivos comuns. De ressaltar que a repetição das interações entre os sujeitos do mesmo grupo e o aprofundamento dessas relações têm um papel relevante na manutenção da situação, isto é, no estreitamento, no fechamento relacional do próprio grupo e deste para com a sociedade no sentido da manutenção da condição de sem-abrigo e da exclusão. A ação destes sujeitos denota uma fraca vinculação social e é cada vez mais delimitada e localizada a um determinado campo, verificando-se, apenas, poucas relações fortes de curto alcance, o que enfraquece a rede social dos agentes, mantendo-a e reproduzindo-a.

4 Reflexões Finais

4.1 Observar a vida na rua. Potencialidades e desafios da observação participante

A observação participante foi essencial para compreender o modo de vida dos agentes, a sua movimentação no contexto social destes sujeitos, percecionando as táticas que desenvolvem no seu quotidiano e simultaneamente as suas movimentações no território espacialmente delimitado, no espaço público, o estigma e a exclusão de que são alvo e essencialmente para apreender características que não se conseguem capturar com entrevistas aos mesmos. Com a observação participante, pude estabelecer maior proximidade com o objeto o que permitiu ampliar a minha análise e dar um significado mais abrangente áquilo que as simples palavras podem referir. De facto, contribuiu para apreender e conhecer mais do que é efetivamente verbalizado, necessariamente em pessoas que se encontram numa situação de exclusão e perante uma realidade que gera questionamentos constantes acerca da vida em sociedade.

A conversa continuada com estes agentes e o permanente olhar analítico sobre a capacidade de agência destes indivíduos e sobre o espaço em que estes operam demonstraram-se profícuos na obtenção de informações intrínsecas aos mesmos e profundamente esclarecedoras na constante rutura com o social e na construção e mobilização de capital social no seu quotidiano.

Simultaneamente, foram sendo revelados alguns pormenores particularmente importantes na ambição de analisar a mobilização do capital social e o impacto do mesmo no dia a dia destes agentes, permitindo questionar a manutenção da exclusão e as situações de pobreza que espelham. No contacto direto e recorrente com os mesmos, foi possível apreender a sua rede de relacionamentos, mas também a forma como estes olham e se desligam da sociedade, como “sentem” as suas ruturas e como percebem a visão dos “outros” sobre si. Situações muitas vezes impercetíveis numa abordagem pontual.

As técnicas de investigação utilizadas não pretendiam assegurar distanciamento entre mim, enquanto sujeito investigador, e o sujeito pesquisado, as mesmas tiveram subjacentes o conhecimento dos papéis de pesquisado e pesquisador e os efeitos que produziam em ambos.

Não só a minha presença e intervenção no terreno criava impacto na postura do investigado, alvo de atenção com possibilidade de ser observado e ouvido, como também as histórias de vida por ele narradas e a realidade social observada impactavam o meu papel de investigadora e geravam questionamentos internos que ultrapassavam os objetivos da investigação.

O voluntariado possibilitou uma maior facilidade do acesso ao campo e uma maior familiaridade com o objeto de estudo, mas também acarretou alguma dificuldade de distanciamento aquando da revisão bibliográfica e colocou questões relativamente à minha presença no terreno, reveladoras de uma certa tensão interna entre o papel de voluntária e o papel de investigadora, conduzindo a questionamentos acerca da simultaneidade dos papéis desempenhados.

Muitas foram as vezes em que coloquei em causa o meu papel de voluntária, já que o papel de investigadora tinha uma função determinante que se prolongava para além da presença no terreno. Em determinada fase da investigação foi essencial o afastamento enquanto voluntária, de forma a poder olhar analiticamente para todas as informações recolhidas.

Se o trabalho de voluntariado me tinha permitido delimitar o campo estudado, permitiu-me igualmente partir para a investigação com uma visão mais alargada de que as razões para a ocorrência desta situação de vida se prendem com ruturas, com afastamentos crescentes relativamente à estrutura social, que se mantêm duráveis no tempo e que são perceptíveis no maior nível de engajamento com o “novo” grupo de pertença, com o fechamento do mesmo e com a própria exclusão de que o grupo é alvo.

Com este ponto de partida, a obtenção de informações mais aprofundadas relativamente às redes e ao grupo estudado, foi sendo facilitada. Ver a ação destes sujeitos no terreno, permitiu-me adquirir maior consciência deste grupo e obter uma visão mais alargada do fenómeno em si.

A minha experiência enquanto voluntária, permitiu-me também ganhar confiança para ultrapassar alguns dos constrangimentos decorrentes da realização de entrevistas em espaço público, como sejam interrupções, o desfoque de alguns dos entrevistados, algum ruído de fundo e a ausência de gravador. Efetivamente, a ausência do gravador exigiu uma atenção redobrada ao que ouvia e via tendo necessidade de rapidamente registar todas as informações recolhidas, o que enriqueceu o meu diário de campo.

4.2 Estar sem-abrigo, capital social e exclusão

O conceito de capital social permitiu integrar os questionamentos sobre a situação de exclusão dos indivíduos que vivem na condição de sem-abrigo, já que possibilitou a interceção da problemática dos recursos que os agentes são capazes de possuir e aceder com os destinos sociais dos mesmos. Ou seja, refletindo sobre as redes que estes agentes traçam, detêm (essencialmente com membros do mesmo grupo, pontualmente com algumas instituições assistencialistas e com a família) e mobilizam em seu benefício, foi possível caracterizá-los e perceber o perpetuamento da sua exclusão.

A análise do acesso e uso do capital social destes agentes permitiu integrar questionamentos acerca da sua mobilidade social (decrecente), da manutenção da situação de vida de rua e da reprodução de uma nova identidade caracterizada por uma pobreza extrema.

Verifica-se que as ruturas relacionais são uma constante no percurso dos indivíduos em situação de sem-abrigo, fragilizando-os nas vinculações e na interação com o meio social envolvente e constituindo-se como causas e consequências da sua condição de vida. As relações de sociabilidade, estabelecidas nos novos contextos de vida, na rua, nas instituições, parecem marcadas por uma fraca vinculação, por escolhas aleatórias derivadas essencialmente por circunstâncias momentâneas.

A situação de sem-abrigo remeteu estes sujeitos para a vivência de novos padrões de relacionamento, marcados pelo modo de vida que experienciam. Encontram-se fragilizados tanto do ponto de vista material, como do ponto de vista afetivo, social e relacional.

Estes sujeitos aprendem a viver com a sua condição de vida (a sobreviver como os próprios referem), a gerir o estigma e o “descrédito de identidade” a que estão submetidos e a desenvolverem estratégias de valorização da própria identidade³⁰, por forma a “refazerem o self”. A apropriação dos recursos, por parte destes agentes, é mobilizada para a sobrevivência da sua situação de vida, conduzindo a uma reprodução coletiva e a uma, consequente, manutenção grupal.

É um grupo caracterizado por um elevado fechamento, ocasionando a existência de redes fracas e reduzidas relativamente ao seu exterior, com níveis de confiança e reciprocidade residuais ou, em alguns casos, nulos; o que também fomenta a sua exclusão (de dentro para fora do grupo) e consequentemente a sua invisibilidade simbólica.

A escassez de contactos sociais, faz com que a sobrevivência na situação de exclusão, esteja frequentemente dependente da estreita interação entre agentes que se encontrem em situações semelhantes. Estes laços sociais, embora possam ser estreitos, são essencialmente detidos dentro do mesmo grupo e na sombra do seu fechamento. As relações sociais são reduzidas e maioritariamente desenvolvidas num contexto de isolamento e de exclusão, que dificultam os seus membros de obterem benefícios e potenciarem os mesmos no e com o acesso ao exterior, através de redes sociais. Por outro lado, constata-se que as interações que mantêm, ainda que de forma pouco consistente, com quem é externo a esta situação, são marcadas por relações de poder e dominação extremamente díspares.

Atendendo à perspetiva de Bourdieu (1986), a conceptualização de capital social é realizada, fundamentalmente, em torno das consequências positivas da sociabilidade.

Nos sujeitos em condição de sem-abrigo verifica-se, tal como referido por Revenhill (2016), que o capital social destes agentes é fortemente limitado e essencialmente alicerçado em redes sociais

³⁰ Através de um crescente distanciamento relativamente a interações externas ao grupo, com um maior engajamento com a situação de rua, com algumas narrativas fictícias que os afastam da vergonha e do estigma.

fechadas que se baseiam na sobrevivência da vida de rua e que derivam desta. Assim sendo, o capital social é caracterizado com uma conotação negativa – limitado e fraco³¹. Há que salientar que as redes que permitem a sobrevivência na situação de sem-abrigo, são percecionadas e reconhecidas como positivas pelos agentes que vivem a situação, que reconhecem uma certa inutilidade no capital social dos domiciliados.

É ainda perceptível que a existência de uma rede social e de alguns laços sociais, nem sempre significa a presença efetiva de recursos e de suporte social. Uma rede deve pressupor não só a sinergia entre a própria rede e desta para o exterior, como também a existência de relações estabelecidas que potenciam a construção dessa rede.

Constata-se, portanto, que enquanto atores sociais, estes indivíduos para além de espelharem redes pouco intensas revelam possuir fracos recursos como forma de acumulação de capital social. Verifica-se que os recursos aos quais estes sujeitos acedem são fundamentalmente derivados das relações estabelecidas intra grupo e a relações estabelecidas no contexto de exclusão com as organizações não governamentais que conhecem e acompanham esta condição de vida.

Simultaneamente, a vivência destes sujeitos, as suas poucas e fracas relações com quem é externo a esta condição de vida, a manutenção das situações de exclusão, demonstram a deterioração do seu capital social, independentemente da fonte do mesmo.

Atendendo às tipologias de capital social definidas por Putman (2000) percebe-se, portanto, que os sujeitos em situação de sem-abrigo limitam a sua ação à construção do chamado *bonding capital*, que intensifica os vínculos intra grupo, fomenta um maior nível de fechamento do mesmo face ao exterior, determinando o reforço da condição de sem-abrigo e, deste modo, fomentando a situação de exclusão. Assim, a estes sujeitos falta restabelecer e reconstituir o *bridging capital*, que deriva de conexões externas ao grupo, que permite alcançar redes de contactos e recursos mais alargados potenciando os benefícios que podem advir dessas redes. Através desta reconstrução será possível voltar a mobilizar, fortalecer, alargar e potenciar o seu capital social e melhorar a sua qualidade de vida, enfraquecendo as situações de exclusão.

³¹ Análise que tem como referência uma sociedade domiciliada.

5 Referências Bibliográficas

- Aldeia, J. (2011). *A Barraca do Rui: Os Laços Sociais no Fenómeno dos Sem-Abrigo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Coimbra: Universidade de Economia.
- Aldeia, J. (2012), Investigar o fenómeno dos sem-abrigo. Em defesa de uma política ontológica declarada e preocupada, in *Revista Critica de Ciências Sociais*, n.º 97, Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pp. 133-154. Disponível em <http://rccs.revues.org/4964>
- Aldeia, J. (2013), A realocização dos indivíduos sem-abrigo no espaço público, *Portugal, Cidades, Comunidades e Territórios* n.º 27, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, pp. 61-72. Disponível em <https://dx.doi.org/10.7749/citiescommunitiesterritories.dec2013.027.ess01>
- Aldeia, J. (2014), Para além do pecado e da doença. Desconstruindo discursos sobre o fenómeno dos sem-abrigo, in *Revista Portuguesa da Associação Portuguesa de Sociologia* n.º 8, pp. 5-26. Disponível em <https://revista.aps.pt/pt/para-alem-do-pecado-e-da-doenca/>
- Aldeia, J. (2016). *A vida na rua: Ensaio sobre a bio-tanato-política que faz os sem-abrigo sobreviver*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Coimbra: Universidade de Economia.
- Aldeia, J. (2019), A vida de rua como paradigma-matrioshka, Porto Alegre: Civitas - *Revista de Ciências Sociais* vol. IXX (1), pp. 213-229. Disponível em <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30051>
- Barker, J. David (2012), Social capital, homeless young people and the family, *Journal of Young Studies*, Vol. 15, n.º 6, *Institute of Child Protection Studies*, Canberra: Australian Catholic University, Dickson, pp. 730-743.
- Barros, C. Pestana (1997), Os Sem-Abrigo: Uma Análise da Literatura Económica, in Barros, C. Pestana e Santos, J. C. Gomes (Coords.) *A Habitação e a Reinserção Social em Portugal*, Lisboa: Editora Vulgata, pp. 169-183.
- Bento, A., Barreto, E. (2002), *Sem-Amor, Sem-Abrigo*, Lisboa: Climepsi Editores.
- Bourdieu, P. (1986), The Forms of Capital in J.G. Richardson (org.), *Handbook of Theory and Research for The Sociology of Education*, Nova Iorque: Greenwood, pp. 241-258.
- Bourdieu, P. (1997), *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*, Oeiras: Celta Editora.
- Bourdieu, P. (2001), “A génese dos conceitos de habitus e de campo”, in P. Bourdieu, *O Poder Simbólico*, 4ª edição, Lisboa: DIFEL, Difusão Editorial.
- Bryman, A. (2012), *Social Research Methods*, Oxford: Oxford University Press.
- Capucha, L.; et al (2002), Vulnerabilidades à Exclusão Social in Portugal 1995- 2000: Perspetivas da Evolução Social, Oeiras: Celta Editora, pp. 215-251.
- Capucha, L. (2005), *Desafios da pobreza*, Oeiras: Celta Editora.
- Cordeiro, G. Índias, Baptista, L. Vicente, Costa, A. Firmino da (orgs.), (2003), *Etnografias Urbanas*, Oeiras: Celta Editora.
- Costa, A. Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa: Cadernos Democráticos, Gradiva Publicações S.A.
- Costa, A. Bruto da; et al, (2012). *Um Olhar sobre a pobreza*. Lisboa: Gradiva Publicações, S.A.
- Foucault, M. (2011), *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*, 39ª edição, Petrópolis: Editora Vozes.
- Fróis, C. (2005), O anonimato em contexto de grupo: as associações ‘anónimas’, *Etnográfica, Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social*, Vol. IX (2), pp. 293-312.
- Fróis, C. (2010), Reflexões em torno do conceito de anonimato, *Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Vol. XLV (194), pp. 165-177.
- Giddens, A. (1992), *As consequências da modernidade*, Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, A. (2001), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras: Celta Editora.
- Granovetter, M. (1973), “The Strength of Weak Ties”, *American Journal of Sociology*, 78 (6), pp. 1360-1380.
- Goffman, E. (1988), *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Goffman, E. (1993), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa: Relógio d’Água.
- Instituto de Segurança Social (2005). *Estudo dos Sem-Abrigo*, Lisboa: Grafilinha, Lda.

- Instituto Nacional de Estatística (2011). Censos 2011.
- Irwin, J., LaGory, M., Ritchey, F., Fitzpatrick, K. (2008), Social asstes and mental distress among the homeless: Exploring the roles of social support and other forms of social capital on depression, *Social Science & Medicine* 67, Elsevier, pp. 1935-1943.
- Lin, N. (2000), *Social Capital: A Theory of Social Structure in Action*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Main, T. (1998), How to think about homelessness: balancing structural and individual causes, *Journal of Social Distress and the Homeless*, vol. VII.
- Meanwell, E. (2012), Experiencing Homelessness: A Review of Recent Literature, *Indiana University, Sociology Compass*, n. º 6/1, Blackwell Publishing Ltd., pp. 72-85.
- Menezes, F. (2012), *Percursos Sem-Abrigo: Histórias das Ruas de Paris, Lisboa e Londres*, Lisboa: Editora Mundos Sociais
- Metrogos, M. (2017), *Identidade e Desafiliação: Histórias de Vida Sem-Abrigo*, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Lisboa: ISCTE.
- Miguel, M., Ornelas, J., Maroco, J., (2010), Modelo de atitudes face aos sem-abrigo em Portugal in *Análise Psicológica* 3 (XXVIII) Lisboa: ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, pp. 437-450.
- Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social (2017), *Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo (2017-2023)*.
- Oliver, V., Cheff R. (2014), The social network: Homeless young women, social capital, and the health implications of belonging outsider the nuclear family, *Youth & Society*, Vol. 46(5), Mount Allison University, Sackville, New Brunswick, Canada, pp. 642-662.
- Pais, J. Machado (2006), *Nos rastos da Solidão: Deambulações Sociológicas*, Porto: Ambar.
- Paugan, S. (2000), *A desqualificação social in Marc-Henry Soulet (Org.), Da não-integração*, Coimbra: Quarteto Editora.
- Paugan, S. (2003), *A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*, Porto: Porto Editora.
- Pereira, A. e outros (2000), *Análise Longitudinal dos Sem-Abrigo em Lisboa: A situação em 2000*, Lisboa: LNEC.
- Pereira, A. Silva, D. (1999), *Os Sem-Abrigo na Cidade de Lisboa: Riscos de Viver (n)a Cidade*, Lisboa: LNEC.
- Portes, A. (2000), *Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea*, Lisboa: *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 33, pp. 133-158.
- Portes, A. (2011), *Diversity, Social Capital and Cohesion*, Princeton: Princeton University Press, pp. 461–479.
- Putman, R. (1994), *Making Democracy Work*, Princeton: Princeton University Press.
- Putman, R. (2000), *Bowling alone: the collapse and revival of american community*, New York: Touchstone Book.
- Quivy, R., Campenhoudt, L. Van (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2ª edição, Lisboa: Edições Gradiva.
- Ravenhill, M. (2016), *The Culture of Homelessness*, New York: Routledge.
- Ravenhill, M. (2000), *Homelessness and vulnerable young people: a social audit of KeyChange Charity's supported accommodation*, London: Centre for Analysis of Social Exclusion.
- Rio, A. Sousa (1997), “Os Sem-Abrigo em Lisboa: Caracterização e Conceptualização” in Barros, Carlos. P e Santos, J. C. Gomes (coords.) *A Habitação e a Reinserção Social em Portugal*, Lisboa: Editora Vulgata, pp. 197-229.
- Rivotti, A. (2008), *Do outro lado da rua - etnografia sobre pessoas Sem-Abrigo na cidade de Lisboa*, Dissertação de Mestrado em Antropologia Urbana, Lisboa: ISCTE.
- Rosa, Vânia Sofia Lopes Martins (2012), *Laços Sociais e Capital Social nas narrativas das pessoas em situação de sem-abrigo*. Apresentação no âmbito da Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.
- Silva, A. Santos, Pinto, J. Madureira (Orgs.), (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Edições Afrontamento.

- Taylor, C. (1994), *Sources of the self: the making of the modern identity*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Teixeira, J. (2013), *Estar Sem-Abrigo em Lisboa: Características Psicossociais e Centros de Alojamento Temporário*, Dissertação de Mestrado em Psicologia Comunitária e Proteção de Menores, Lisboa: ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Velho, G. (1989), *A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social*, 5ª Edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

6 Anexos

6.1 Anexo A: ETHOS - Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional

Categoria conceptual		Categoria Operacional		Definição geral
SEM ABRIGO	1	Pessoas que vivem na rua	1.1	Dormir na rua (sem acesso a alojamento de emergência) / Sem Abrigo
	2	Pessoas em alojamento de emergência	2.1	Alojamento de emergência
SEM ALOJAMENTO	3	Pessoas em lares de alojamento, para pessoas sem domicílio	3.1	Lar de alojamento em fase de inserção
			3.2	Alojamento provisório
	4	Pessoas em lar de alojamento para mulheres	4.1	Lar de alojamento para mulheres
	5	Pessoas em alojamento para imigrantes	5.1	Alojamento provisório/ Centro de Acolhimento (requerentes de asilo)
			5.2	Lar para trabalhadores migrantes
	6	Pessoas que saíram de instituições	6.1	Instituição penal
			6.2	Instituição médica
7	Beneficiários de um acompanhamento em alojamento	7.1 7.2 7.3 7.4	Instituição de cuidados destinada às pessoas sem domicílio Alojamento acompanhado Alojamento de transição acompanhado Alojamento assistido	
HABITAÇÃO PRECÁRIA	8	Pessoas em habitação precária	8.1	Provisoriamente alojado pela família ou amigos
			8.2	Sem arrendamento (sob)location
			8.3	Ocupação ilegal de uma construção
			8.4	Ocupação ilegal de um terreno
9	Pessoas à beira de despejo	9.1	Aplicação de uma decisão de expulsão (aluguer)	
		9.2	Pareceres de apreensão (propriedade)	
10	Pessoas vítimas de violência doméstica	10.1	Incidentes registados pela polícia ligada à violências domésticas	
HABITAÇÃO INADEQUADA	11	Pessoas que vivem em estruturas provisórias e não se adequam às normas sociais	11.1	Habitação móvel/caravana
			11.2	Construção não conforme com as normas
			11.3	Estrutura provisória
12	Pessoas em alojamento indigno	12.1	Habitação (ocupado) declarada inabitável em conformidade com a legislação nacional	
13	Pessoas vivem em condições de sobrepopulação severa	13.1	Normas nacionais mais severas	

6.2 Anexo B: Guião de Entrevista

Guião da Entrevista / Ficha de Histórias de Vida

Objetivos: Analisar a capacidade de construção de capital social. Identificar as principais fontes de capital social e de que forma como o mesmo é reforçado.

Deve ser permitido ao entrevistado expressar-se de forma aberta e livre, para que o mesmo contribua com um maior nível de informação relativamente às questões que permitem analisar o Capital Social nas pessoas na situação de sem abrigo.

Pese embora o guião de entrevista apresente indicação das questões que devem ser abordadas, as mesmas são indicativas de aspetos que devem ser considerados na conversação.

Note-se que se tratam de entrevistas semi-estruturadas.

Importa dar atenção ao espaço de circulação e à relação tida pela pessoa com o mesmo (nómada, por onde circula na cidade, como é o espaço em que fica, qual a relação com o espaço).

Notar as diferenças dia e noite visibilidade e invisibilidade

Data:

Entrevistado:

Género: F/M

Idade:

Dimensões da análise	Objetivo	Questões	Observações/ Exemplos a explorar
Caracterização Social	Estabelecer enquadramento sócio económico do ator social	Estado Civil Nacionalidade Naturalidade Há quanto tempo está em Lisboa? Qual a razão da vinda para Lisboa? Com quem veio? Escolaridade? Até quando estudou? Tem alguma ocupação? Costuma trabalhar? Qual foi o último emprego? - O que fazia/ faz? Quando foi o seu último emprego? Tinha/tem rendimentos próprios, derivados do trabalho? Onde costuma prenoitar? Porque é que escolheu esse sítio? Há quanto tempo está nessa situação de prenoita?	Explorar a diferença entre o dia e a noite; visibilidade vs invisibilidade
Fontes de Capital Social e Tipos/Categorias de Capital Social (nas fontes analisar o tipo de capital social)	Identificar principais tipos/categorias de Capital Social (bridging vs bonding) Compreender qual a rede de suporte Social	Tem animais de estimação? Eles vivem consigo? Tem algum tipo de apoio para o seu animal? Se sim, qual? Quem o apoia? Recebe algum apoio social? Que tipo de apoio? É estatal? Ou é de organizações de solidariedade social? Com que regularidade recebe esse apoio? Como teve conhecimento do tipo de apoio que recebe? Como contactou com as instituições que o apoiam?	Subsídio desemprego/RSI/Pensão de invalidez/Complementos Monetário/Géneros/Medicamentos/ Roupas/Apoio de saúde/apoio jurídico/regularização em caso de imigração Segurança Social/ Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/Banco Alimentar/ Médicos do Mundo/ Comunidade Vida e Paz/ Legião da Boa Vontade/Alcoólicos Anónimos Recorreu a terceiros? Recorreu a terceiros? Diretamente?
	Estabelecer a história da vida familiar Compreender a importância da família na atual situação de vida Compreender qual o papel do apoio familiar	Com quem vivia antes da situação de vida na rua? Como foi a sua infância? Com quem viveu? Tem contacto direto com a sua família? Com quem, da sua família, contacta, conversa, se relaciona? Tem filhos? Tem contactado com os filhos? De que forma? Como é o seu relacionamento com os seus familiares? Confia neles? Que tipo de contacto mantém? Como mantém esse contacto/ relação? Com que regularidade mantém estes contactos? Qual o objetivo dos seus contactos com a família? Contacta quando tem alguma necessidade? A família conhece a atual situação de vida? Se a família o quiser contactar, sabe onde o encontrar? Tem algum relacionamento afetivo? Como é esse relacionamento? Vive com essa pessoa?	Qual a profissão dos seus pais ou avós/ A família teve deslocamentos geográficos? Quando necessita, quando o procuram Redes sociais/telefonemas/pessoalmente Dá importância aos laços familiares - Sente saudades da vida familiar? Tem sentimentos pela família? Mantém laços familiares?
	Qual o papel do apoio com quem partilha o dia a dia	Descreva-me um dia "típico". O que costuma fazer? Com quem interage? Com quem fala? Onde costuma passar o seu dia? Com quem vive atualmente? Quem são as pessoas com quem mais se relaciona durante os seus dias? Como contacta com essas pessoas? Com quem costuma conversar? Sobre o quê? Tem confiança nas pessoas com quem se relaciona? Quando precisa de resolver alguma situação no seu dia a dia quem recorre? Quem considera seus amigos/companheiros? Costuma ajuda-los? Em que situações? Mantém amizades anteriores à situação de rua? Como contacta com essas pessoas?	Redes sociais/telefonemas/pessoalmente Há solidariedade e cooperação entre as pessoas do mesmo grupo? Há solidariedade e cooperação entre as pessoas do mesmo grupo? Há solidariedade e cooperação entre as pessoas do mesmo grupo?
Fortalecimento do Capital Social	Identificar algumas estratégias de reinserção, como forma do fortalecimento do Capital Social	Gostaria de mudar de vida? Tem procurado ajuda para alterar a sua situação de vida? A quem tem recorrido? Tem procurado emprego? Já teve algum amigo/conhecido próximo que vivesse na rua, mas que tenha conseguido sair? Como é que se vê daqui a 1 ano/2 anos? Onde se vê a fazer o quê?	Quais as relações que estabelece com essas pessoas? De conexão? São fora do grupo? Ou dentro do grupo?